

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAELA SARRI SILVA

SECURITIZAÇÃO E PROCESSO DECISÓRIO SOBRE INTERVENÇÕES
MILITARES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CASO LÍBIO E O CASO
SÍRIO

UBERLÂNDIA – MG

2018

RAFAELA SARRI SILVA

SECURITIZAÇÃO E PROCESSO DECISÓRIO SOBRE INTERVENÇÕES
MILITARES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CASO LÍBIO E O CASO
SÍRIO

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA - MG

2018

RAFAELA SARRI SILVA

SECURITIZAÇÃO E PROCESSO DECISÓRIO SOBRE INTERVENÇÕES
MILITARES: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CASO LÍBIO E O CASO
SÍRIO

Trabalho de conclusão apresentado ao curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes - Orientador

IERI - UFU

Prof^a. Dra. Sandra Aparecida Cardozo

IERI - UFU

Prof. Me. Erwin Pádua Xavier

IERI – UFU

Uberlândia - MG, 17 de maio de 2018.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, é Ele o autor de meu destino, o meu guia. Dedico também aos meus pais, Odete e José Rubens, que tanto apoiam e incentivam meu crescimento profissional e representam tudo que tenho de mais precioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar saúde e muita força para superar todas as dificuldades, e pelo enorme cuidado que tem por mim todos os dias de minha vida.

Agradeço aos meus pais, Odete e José Rubens, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Agradeço à minha irmã, Giovanna, por ser uma inspiração e uma amiga para todas as horas.

Agradeço ao meu orientador, Aureo, por todos os auxílios prestados e pelo tempo que se dedicou a me ajudar durante o processo de realização deste trabalho.

Agradeço à minha madrinha, Mara, que me apoiou durante toda a graduação e na execução dessa pesquisa.

Agradeço aos meus amigos do Ensino Médio e aos colegas de faculdade pela amizade e todo apoio concedido a mim.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, em especial ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, e todo seu corpo docente, além da direção e administração que me proporcionaram as condições necessárias para que eu alcançasse meus objetivos.

E enfim, a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, seja de forma direta ou indireta, fica registrado aqui, o meu muito obrigada!

*“Ninguém pode descobrir novas terras se não
aceitar perder durante muito tempo a visão da
costa”* (André Gide)

*“Quando tudo parecer dar errado em sua vida,
lembre-se que o avião decola contra o vento, e não
a favor dele”* (Henry Ford)

*“Os perdedores visualizam as penalidades do
fracasso. Os vencedores visualizam as
recompensas do sucesso”* (Robert Gilbert)

RESUMO

Com a eclosão das revoltas características da Primavera Árabe, os estudos sobre segurança internacional atrelados à região compreendida pelo Norte da África e pelo Oriente Médio ganharam ainda mais destaque. Entre os países que passaram pela onda de revoltas, essa pesquisa explorou o conflito na Líbia e na Síria, pois o primeiro representa um caso no qual houve a aprovação do Conselho de Segurança a respeito de uma intervenção militar, e o segundo ilustra um caso ainda em aberto, sem um consenso acerca das medidas que devem ser adotadas. A compreensão do caso sírio, especificamente, tem como principal interesse sistematizar as causas que impedem um processo decisório relativo à essa questão, trazendo o caso líbio como uma comparação já bem-sucedida do ponto de vista da securitização. A Escola de Copenhague proporcionou os pressupostos teóricos da investigação. Ao serem compreendidos pelo método comparativo e por *process-tracing*, os casos líbio e sírio auxiliaram o entendimento de como foram moldados os posicionamentos e discursos dos países favoravelmente à securitização no caso da Líbia, e contrariamente no caso da Síria.

Palavras-chave: Teoria de securitização; Líbia; Síria; Conselho de Segurança.

ABSTRACT

With the outbreak of the Arab Spring revolts, international security studies in the region of North Africa and the Middle East have gained further prominence. Among the countries that went through the wave of uprisings, this research explored the conflict in Libya and Syria, the first representing a case in which the Security Council approved a military intervention, and the second illustrates a case still without consensus on the measures that should be taken. Understanding the Syrian case, specifically, has as its main interest to systematize the causes that prevent a decision-making process related to this issue, bringing the Libyan case as an already successful comparison from the point of view of securitization. The Copenhagen School provided the theoretical assumptions of research. When understood by the comparative method and by *process-tracing*, the Libyan and Syrian cases helped to understand how the positions and discourses of the countries were shaped favorably to the securitization in the case of Libya, and contrarily in the case of Syria.

Keywords: Securitization Theory; Libya; Syria; Security Council.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Diagrama representando os níveis de análise e as principais variáveis.....p. 19

Figura 2 - Representação da divisão do controle sobre o território sírio..... p. 45

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CNT	Conselho Nacional de Transição
COPRI	<i>Conflict and Peace Research Institute</i>
CSONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EC	Escola de Copenhague
EUA	Estados Unidos da América
FSA	<i>Free Syrian Army</i>
ISIL	<i>Islamic State of Iraq and the Levant</i>
NC	<i>National Coalition</i>
NCB	<i>National Coordination Body for Democratic Change</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPU	Operação Protetor Unificado
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P3	Denominação utilizada para Estados Unidos, França e Grã-Bretanha
R2P	<i>Responsibility to Protect</i>
SAF	<i>Syrian Armed Forces</i>
SMC	<i>Supreme Military Council</i>
SNC	<i>Syrian National Council</i>
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TPI	Tribunal Penal Internacional
UA	União Africana
ZPV	Zona de Proibição de Voo

SUMÁRIO

1 Introdução.....	13
2 A Teoria de Securitização.....	17
2.1 Elementos da teoria.....	20
2.1.1 A audiência.....	20
2.1.2 Os tipos de questões	21
2.1.3 As unidades de análise	22
2.1.4 Os setores	23
2.1.5 As etapas da securitização.....	23
2.1.6 O conceito de dessecuritização	24
2.2 Metodologia <i>process-tracing</i>	25
3 A Securitização do Caso Líbio	26
3.1 O nível local: A crise humanitária e os rebeldes líbios como atores securitizadores	28
3.2 O nível regional: A contribuição da Liga Árabe.....	31
3.3 O nível global: Como as organizações multilaterais se comportam quando justificam e legitimam intervenções militares?	32
3.3.1 A doutrina R2P	33
3.3.2 A Resolução 1970	36
3.3.3 A Resolução 1973	38
3.4 Considerações parciais.....	42
4 O Caso Sírio	44
4.1 O nível local: os rebeldes sírios como atores securitizadores.....	47
4.2 O nível regional: a caracterização do conflito como um problema da região	49
4.3 O nível global: as propostas de resoluções do CSONU no tocante ao possível uso do R2P.....	50
4.3.1 Projeto de Resolução S/2011/612	51

4.3.2 Projeto de Resolução S/2012/77	54
4.3.3 Projeto de Resolução S/2012/538	57
4.4 Considerações parciais	60
5 Considerações Finais	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

1 Introdução

Com o início dos questionamentos sobre os pressupostos tradicionalistas, os estudos sobre segurança internacional sofreram grandes mudanças. A agenda de pesquisa passou por modificações, abrindo espaço agora não só para o protagonismo das abordagens tradicionalistas, mas sim perspectivas consideradas pós-positivistas para a análise da política internacional. Em vista disso, o papel do discurso, as interações sociais, as ideias e os atores não-estatais, são exemplos de variáveis que passaram a ser fortemente consideradas.

Dessa maneira, uma nova estrutura para analisar segurança se justificou com as mudanças provocadas pelo fim da bipolaridade. O entendimento das novas variáveis e forças diversas que construíram a noção de ameaça passou então a ser o enfoque dos estudos, os quais se voltaram para as percepções e construções sociais dos significados de segurança, e não meramente o enfoque militar.

O trabalho da Escola de Copenhague¹ (EC) se posicionou, portanto, dentro da vertente abrangente dos estudos de segurança, alargando este conceito pelo reconhecimento de ameaças como algo não só militar, mas também como algo passivo de percepção, envolvendo processos intersubjetivos. Dentre suas principais inovações, a EC trouxe o conceito de securitização; as novas unidades de análise de segurança, bem como a abordagem multissetorial da segurança (BUZAN; WAEVER, 1997). O reconhecimento de que ameaças à sobrevivência de um objeto de estudo em questão podem ser construções intersubjetivas é um diferencial trazido pela EC, a qual introduz a categoria do discurso como responsável pela transposição de uma temática para a esfera de segurança (BUZAN et al., 1998).

Diante dessas considerações, a teoria de securitização respaldou dois estudos de caso neste trabalho, ambos inseridos dentro do que comumente se designou Primavera Árabe. De forma específica, a temática desta investigação foram os processos que deliberaram a intervenção militar na Líbia pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), de março a outubro de 2011, bem como as situações que impediram uma deliberação como essa para o caso sírio (2011 - presente). Assim, o desenho da pesquisa centrou-se em explorar quais condições permitiram a autorização dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU) para a intervenção militar na Líbia, e as circunstâncias que impediram uma resolução para a Síria.

¹ Fundado em 1985, o Copenhagen Peace Research Institute (COPRI), conhecido como Escola de Copenhague, iniciou os trabalhos com Ole Waever, seguido por Barry Buzan, em 1988, e posteriormente Jaap de Wilde.

A Primavera Árabe caracterizou-se por uma série de revoltas originadas por fatores sociais, políticos, econômicos e demográficos, refletindo a reivindicação da população por direitos políticos e melhorias nas condições sociais. O movimento teve início na Tunísia, alcançando posteriormente Egito, Líbia, Iêmen, Argélia, Síria, Marrocos, Omã, Bahrein, Jordânia, Sudão e Iraque. Os protestos na Tunísia levaram a denominação de Revolução de Jasmim, os quais demonstraram o descontentamento dos tunisianos com o governo de Zine El-Abdine Ben Ali (RAMOS, 2015).

O início dos levantes na Tunísia proporcionou, aos poucos, um efeito contágio, atingindo assim países como Líbia e Síria, os quais serão objetos de estudo neste trabalho. A escolha da Líbia se justificou por esse país ser o primeiro receptor de uma intervenção militar acordada aos moldes do CSONU. Já a escolha da Síria é referente à ausência de medidas formais dentro do CSONU até os dias atuais.

Como dito acima, um olhar minucioso pelos diversos atores nos níveis de análise local, regional e global foi de extrema importância à compreensão dos rumos opostos nos dois conflitos em pauta. Os interesses políticos dos diferentes atores, a velocidade das mudanças e a necessidade de manutenção do *status quo* por parte dos membros do CSONU, configuraram a complexidade da análise.

Diante disso, a reconstrução dos processos se fez necessária para a assimilação dos diferentes posicionamentos dentro do CSONU. O embasamento teórico foi dado pela teoria de securitização proposta pela Escola de Copenhague, a qual juntamente com o método de procedimento *process-tracing* permitiu a reconstrução dos acontecimentos que desembocaram em uma securitização bem-sucedida do conflito (no caso da Líbia), e uma securitização sem sucesso (no caso da Síria) para os membros do CSONU propositores da intervenção militar.

O objetivo deste trabalho foi, portanto, compreender, à luz da teoria de securitização atrelada ao *process-tracing*, como o conflito líbio foi securitizado com sucesso e como o conflito sírio segue securitizado sem sucesso. Importante salientar que aquilo que se considera nesta pesquisa como uma securitização bem-sucedida é a aprovação de resoluções formais dentro do CSONU acarretando em algum tipo de intervenção. Logo, o conflito líbio foi securitizado com sucesso, pois houve a aprovação da resolução 1973 do CSONU desembocando na Zona de Proibição de Voo (ZPV); e o conflito sírio segue sem sucesso na securitização, pois ainda não há a aprovação de uma resolução formal.

Tendo em vista o objetivo geral descrito acima, os objetivos específicos desta investigação foram direcionados, primeiramente, para a compreensão da teoria de securitização e suas variáveis. Em seguida, para o entendimento, a partir das contribuições da teoria em

questão, dos movimentos que influenciaram os membros do CSONU no sentido de demonstrarem iniciativa favorável à intervenção militar na Líbia. Por fim, o próximo passo foi examinar os eventos que contribuíram em uma securitização sem sucesso no caso sírio, a fim de estabelecer uma comparação entre os casos.

A hipótese, dessa forma, para o caso líbio, é de que houve um convencimento da audiência (CSONU), de que o conflito se caracterizava como uma ameaça existencial ao sistema internacional, demandando medidas emergenciais, ou seja, a intervenção militar. Ademais, há de se destacar que havia interesse dos principais atores envolvidos em, no mínimo, não mais garantir o regime de Muammar Kadafi. Já para o caso sírio, esse convencimento não ocorreu, visto que há entraves dentro do CSONU e divergência de opiniões a respeito disso, principalmente entre os membros com poder de veto.

A metodologia do trabalho, no nível da abordagem, foi realizada pelo método hipotético-dedutivo, partindo de hipóteses pré-definidas seguidas pela dedução do processo em si. Já no nível de procedimento, o *process-tracing* guiou o encadeamento de fatos característicos da construção do processo de securitização. Esse método se explica pelo perfil qualitativo da pesquisa, permitindo a investigação dos mecanismos causais. A técnica permite uma análise orientada pela teoria e destinada à explicação de um caminho causal para os fenômenos sob análise (LIMA, 2017).

O primeiro capítulo do trabalho abordou a teoria proposta pela Escola de Copenhague e seus pressupostos, destacando as contribuições no alargamento da compreensão sobre segurança. Primeiramente, foi feito um apanhado histórico da criação da teoria, abordando os enfoques principais e a incorporação da virada linguística². Em seguida, elementos da teoria, tais como os tipos de questões; as variáveis; os setores; os níveis de análise, foram abordados. As novas considerações, como o discurso, o contexto e os atores não-estatais, destacados principalmente na análise de Balzacq (2005), foram apresentadas no debate.

O segundo capítulo analisou o processo de securitização do caso líbio. Inicialmente, foi feito um resumo sobre o conflito, passando em seguida pelos eventos que permitiram uma sucessão de fatos, resultando na securitização dentro do CSONU. Então, foi feita a análise da securitização no nível local, a qual consequentemente impactou o nível regional, atingindo, por

² A virada linguística é um movimento filosófico do século XX que procura afastar a ideia de que a linguagem é uma mera representação da realidade material da sociedade. A linguagem deve ser entendida então como produtora, pois algumas ações só se concretizam mediante seu uso. Maiores informações sobre a virada linguística, ver Rorty (1992).

fim, o nível global, o qual teve como principal consequência a intervenção militar, realizada em 2011.

O terceiro capítulo descreveu como a securitização pôde ser caracterizada sem sucesso no caso da Síria. Também foi descrito pelos elementos da securitização, e a análise concentrou-se nos níveis local, regional e global. Neste capítulo, ao contrário da situação líbia, foi mostrado como outras questões favoráveis ao governo sírio foram securitizadas com prioridade ao invés da intervenção militar, e como Assad, presidente sírio, contribuiu fortemente no convencimento russo a não se debruçar às medidas ocidentais.

Já nas considerações finais do trabalho, foi possível assegurar que as contribuições da Escola de Copenhague foram pertinentes para a realização de um estudo abrangente sobre questões envolvendo segurança internacional, em especial na análise de decisões tomadas pelo CSONU sobre conflitos. A teoria de securitização respaldou bem o diagnóstico de dois estudos de caso que tomaram rumos distintos em deliberações por membros do CSONU, demonstrando a importância da consideração de variáveis como o discurso, as percepções, as ideias e demais questões socialmente construídas e passíveis de serem influenciadas.

2 A Teoria de Securitização

A evolução dos estudos sobre segurança internacional, sobretudo após o final da Guerra Fria, permite identificar mudanças significativas. Primeiramente, é preciso compreender a definição e o que torna algo um problema de segurança. Essa pergunta é central, pois, no entendimento dos tradicionalistas, é na esfera política-militar que estão concentrados os eventos que representam ameaças à segurança. Já para os críticos, um problema pode migrar para a esfera de segurança a partir de como se dá a percepção de uma ameaça, a qual pode ser construída socialmente.

Tendo em vista essa diferença epistemológica no entendimento sobre o tema, este trabalho será respaldado analiticamente pela teoria de securitização. Ao trabalhar com a definição de segurança relativa apenas à ausência de ameaça existencial, a compreensão se restringe muito a variáveis materiais, excluindo, por exemplo, os entendimentos intersubjetivos dos atores. Diante desse aspecto, de que a noção de ameaça e a sensação de estar protegido é algo particular e construído socialmente, a maneira como os problemas de segurança emergem passou a ser vista sob uma outra perspectiva.

Com o fim da Guerra Fria, as transformações no sistema internacional despertaram mudanças na forma de se entender segurança. Os pressupostos do realismo passaram a ser questionados, visto que tal teoria frente aos novos desafios aparentemente não tinha o mesmo potencial analítico de outrora. A necessidade de diálogo e diversidade teórica passam a ser valorizadas, e em nenhum outro subcampo das Relações Internacionais o dinamismo e as mudanças foram tão perceptíveis como nos debates sobre segurança internacional. Com o fim da bipolaridade e o encerramento de uma guerra sem enfrentamentos diretos entre as potências de então, fazia-se necessário aflorar perspectivas mais refinadas além do campo político-militar estadocêntrico.

O Construtivismo, portanto, ganha forças nos estudos da área. De acordo com Fearon e Wendt (2002), o destaque das ideias na política internacional, bem como a relação entre agente e estrutura, passam a ser os principais eixos no debate entre racionalistas e construtivistas. Perante essas considerações, as investigações construtivistas ganham forma nos trabalhos desenvolvidos pela Escola de Copenhague (EC), a qual apresenta uma estrutura que se baseia em uma agenda mais ampla, não deixando de incorporar os estudos tradicionalistas.

Conhecida pela sua criatividade na abordagem, o início da EC é datado de 1985 com a fundação do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), com a finalidade de realizar

estudos para a paz e mais tarde chamado como Escola de Copenhague. De início, Ole Waever já estava envolvido no trabalho, porém Barry Buzan introduz suas contribuições somente a partir de 1988. As origens da EC, portanto, são fruto do trabalho de ambos os autores através de seus estudos construtivistas e realistas, respectivamente.

De acordo com Buzan (1997, *apud* DUQUE, 2009), é possível identificar no campo teórico dos estudos de segurança três vertentes distintas. Em primeiro lugar, a *tradicionalista* concentra a análise em aspectos como o uso da força e questões militares e posiciona-se como estadocêntrica para alguns autores. A *crítica* leva em consideração que os fatos, tais como as ameaças, são socialmente construídos, o que implica em distintas construções sociais. Por fim, a *abrangente* reconhece a possibilidade de ameaças não militares e apresenta o significado de segurança como um ato de fala (*speech-act*). É nessa vertente que estão localizados os estudos da EC, assumindo um posicionamento intermediário entre os enfoques tradicionalista e crítico.

Os trabalhos da EC se direcionaram para os eventos das agendas de segurança da Europa, na tentativa de trazer um novo olhar para os debates na área de segurança internacional e uma reflexão sobre a inserção do continente europeu após o fim da Guerra Fria. É importante salientar que os estudos exploraram fortemente as percepções como base de suas análises. Aspectos intersubjetivos foram ressaltados pelos autores, como a identidade, as ideias, o discurso, demonstrando uma fuga das perspectivas *mainstream*, muitas vezes caracterizadas como reducionistas. Os estudos seguiram a linha da virada linguística nas Relações Internacionais, destacando o papel da linguagem e suas implicações (MOTTA, 2013).

No início dos trabalhos, a lógica realista ainda era muito presente nas contribuições da EC. Barry Buzan deixava clara a prerrogativa da necessidade de estender a análise das ameaças de setores como o econômico, político, societal e ambiental; porém ainda concentrava a figura do Estado como o centro da investigação. Dada a estrutura teórica criada por Buzan, os trabalhos da EC seguiram uma linha de mudanças no sentido de conferir um estudo mais abrangente e empírico, que rompesse com as limitações até então identificadas pelas releituras seguintes. O conceito de segurança já não estava tão voltado exclusivamente à coerência estadocêntrica. Os autores da EC se propuseram a expor a agenda de segurança aos diversos tipos de ameaças, desvinculando a ideia de que a investigação sobre segurança deveria estar restrita a conceitos como guerra e força. Diante disso, é pela exploração de ameaças a objetos referentes que a EC distingue o processo de securitização.

Um grande diferencial nos trabalhos da EC é alcançado com as pesquisas de Ole Waever já nos anos 1990, tendo o construtivismo como pano de fundo para se pensar segurança. Dessa maneira, Waever (1995) traz para o debate a noção de que são as práticas sociais que

determinam a construção de questões de segurança, sendo necessário o entendimento sobre o que faz com que os outros setores estejam no mesmo status do setor militar. Esses processos ocorrem, majoritariamente, pela via do discurso de atores-chave no estabelecimento dessas questões. Como resultado, movimentos de securitização fazem com que questões políticas sejam tratadas na esfera securitária.

O movimento de securitização de determinado evento é concluído com sucesso quando há o convencimento e a aceitação de uma audiência sobre a urgência de medidas extraordinárias a serem tomadas, mediante a configuração da questão como uma ameaça existencial. Para que essa aceitação ocorra, é fundamental que os atores envolvidos compartilhem significados intersubjetivos em comum sobre o evento em questão (BUZAN et al., 1998). Como consequência de um processo que pode ser engatilhado pela via do discurso, a análise não deve ser restrita a meios objetivos. Ao trabalhar com aspectos intersubjetivos e com a caracterização de uma questão no plano da segurança de acordo com a manipulação de uma ameaça, o foco primordial da EC é a compreensão de como as ameaças, reais ou não, são socialmente construídas.

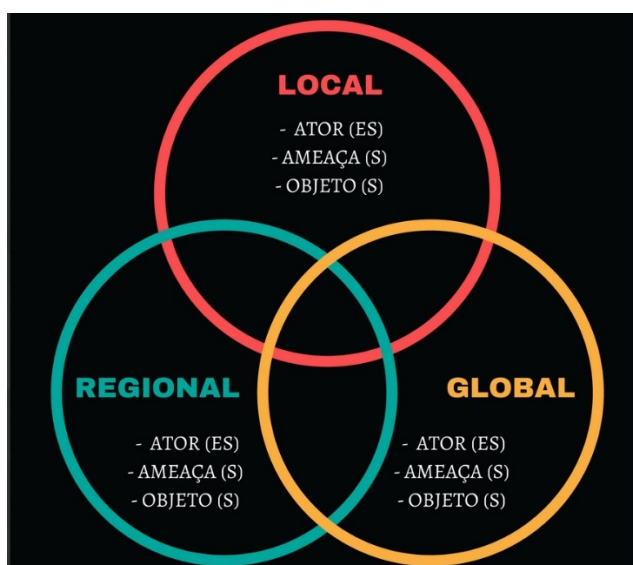
Por possuir uma abordagem abrangente, tratando novas questões e setores, a EC problematiza os perigos da emissão da palavra “segurança” indiscriminadamente, refletindo uma falta de coesão político-social por parte dos Estados ao transferir para a esfera de segurança temas que deveriam ser tratados pelas vias da política normal. Por levar as questões para o nível de “política do pânico” (WAEVER, 1995), a securitização adquire um caráter negativo, ao contrário do que os tradicionalistas pensam. Dessa forma, não só a securitização deve ser evitada como também deve-se prezar pela dessecuritização e trazer as questões de volta para o tratamento no plano político.

Outro ponto importante da EC é referente à proposição não só da teoria de securitização, como também do conceito de segurança social. De acordo com Waever (1995), o entendimento que o indivíduo é tomado por necessidades e de que tudo pode feri-lo, ameaçando essas necessidades, representa um problema potencial de segurança, fazendo com que a segurança dos indivíduos possa ser afetada de diversas formas: pelo bem-estar econômico; por preocupações ambientais, identidade cultural, direitos políticos, entre outras formas.

Para o completo entendimento de como se deu a consideração das ideias e a mudança na relação entre os atores internacionais e as estruturas em que eles se inserem, serão expostos os elementos que sustentam a argumentação teórica; as principais contribuições da EC; bem como as novas considerações advindas de releituras posteriores sobre securitização. Os estudos de caso deste trabalho seguiram três níveis de análise (local, regional e global), e para cada um

desses três níveis foram expostos os atores securitizadores, as ameaças e os objetos referentes. Por adotar a metodologia de procedimento *process-tracing*, a investigação elucidou os acontecimentos em cadeia, de forma a começar a análise pelo local, seguindo para o regional e culminar no global, porém é importante salientar que ambos os níveis se impactam, de alguma forma, mutuamente, conforme a figura abaixo:

Figura 1 - Diagrama representando os níveis de análise e as principais variáveis



Fonte: elaboração própria.

2.1 Elementos da teoria

2.1.1 A audiência

Ao conceber a securitização como uma prática performativa, é preciso identificar quem se posiciona como o receptor dessas práticas, ou seja, a audiência. O processo de securitização é centrado na audiência, pois a aceitação ou não das medidas propostas é o que determina o sucesso da ação. São nas aceitações da audiência que a capacidade do discurso fica perceptível, tornando-se clara a legitimidade ou não da performance.

É o ator securitizador quem sinaliza que medidas emergenciais precisam necessariamente serem adotadas diante de determinada ameaça elucidada por vias do discurso. É através dele que será possível identificar a securitização bem-sucedida ou a securitização sem sucesso de uma questão, ressaltando que para a EC o que deve ser levado em consideração não

é o estabelecimento de medidas emergenciais primordialmente, mas sim o poder do discurso e sua capacidade de convencimento e legitimação. Dessa forma:

O caminho para estudar a securitização é por meio do discurso e das constelações políticas: Quando um argumento, com sua particular estrutura semiótica e retórica, alcança suficiente efeito para fazer com que uma audiência tolere violações que, pelo contrário, deveriam ser obedecidas? Se por meio de um argumento sobre a prioridade e urgência de uma ameaça existencial o agente securitizador resolve passar livremente por cima de procedimentos ou regras que ele ou ela em outro momento estariam presos, nós estamos testemunhando um caso de securitização (BUZAN et al., 1998, p. 25, tradução nossa).

Assim, além das considerações desses autores a respeito das ferramentas do convencimento, Balzacq (2005) acrescenta a informação de que a natureza e o status da audiência importam no processo, tendo em vista que o capital social, ou seja, o reconhecimento, prestígio e legitimidade que essa audiência possui, são fatores que influenciam em como, para quem e quando os atos de fala serão direcionados. Ainda, o autor discorda da EC no sentido de que o contexto deve sim ser também levado em consideração, pois, ao analisar determinada situação, a Escola de Copenhague não a avalia a partir do contexto em que esta se encontra inserida, o que limita e prejudica a análise. Além disso, afirma que o enfoque principal não deve ser dado nas competências linguísticas, porque a posição social de quem está emitindo o discurso importa mais, e por vezes a preocupação da EC está nos atos de fala em si, e não no status do locutor desses atos. Visto que algumas audiências são responsáveis pela aceitação moral e outras pela aceitação formal, a pergunta central deve ser: quem é a audiência empoderada? Nesta pesquisa, ao tratar de deliberações sobre conflitos civis, a audiência empoderada é o CSONU, pois mesmo que os esforços de securitização sejam vistos em outras esferas, as decisões oficiais para a comunidade internacional são tomadas no âmbito desta organização.

2.1.2 Os tipos de questões

Os autores da EC diferenciam três tipos de questões: as não-politizadas; politizadas e securitizadas. Questões públicas em geral podem estar localizadas no espectro não-politizadas, mostrando que estas se localizam fora do debate público, ou seja, que o Estado não lida diretamente com esses temas. As politizadas são representadas por assuntos que estão dentro do domínio público, os quais demandam decisões governamentais, bem como alocações de recursos. Por fim, as securitizadas são aquelas apresentadas como ameaças existenciais,

exigindo medidas emergenciais e justificando as ações tomadas fora dos procedimentos políticos normais (BUZAN et al., 1998).

É importante ressaltar que o intuito principal da EC é limitar as questões que realmente devem ser tratadas no espectro de segurança, por isso traz o conceito de securitização. Os autores realizam uma crítica ao grande número de questões reconhecidas como ameaças e tratadas pelas vias de segurança, quando deveriam se restringir ao plano político. Ao trabalharem com esse gradiente de questões, os autores conseguem apresentar uma definição precisa de como se dá o movimento de securitização, salientando que a sua concretização é vista pela EC como algo negativo, pois a prioridade deve ser o tratamento das questões no plano político.

2.1.3 As unidades de análise

As investigações da EC se concentram em três tipos de unidades envolvidas nas análises de segurança, são elas: os *objetos referentes*; os *atores securitizadores* e os *atores funcionais*. Nas definições de Buzan et al. (1998), os objetos referentes são entidades vistas como ameaçadas existencialmente e que possuem uma legítima reivindicação pela sobrevivência. Os atores securitizadores são aqueles que levam as questões para a esfera da segurança declarando o objeto referencial como sendo ameaçado existencialmente. Por fim, os atores funcionais são aqueles que de alguma forma afetam as dinâmicas de um setor. Os autores citam, como exemplo, uma companhia responsável por poluir muito, a qual se posiciona como um ator funcional diante do objeto referencial (poluição ao meio ambiente), e dos atores securitizadores (ativistas por causas ambientais).

Na maioria dos casos de securitização, o Estado se comporta mutuamente como objeto referencial e como ator securitizador, tendo em vista que busca no mínimo a sua sobrevivência e a manutenção da soberania. Com o alargamento da concepção de segurança, a inclusão de novos atores se tornou indispensável na análise, tais como nações e civilizações, as quais, de acordo com os autores, por não serem objetos referentes tão amplos, possuem maior chance de serem levados em consideração. Além disso, a EC não separa rigidamente os níveis doméstico e internacional, tal como na análise dos tradicionalistas, pois os novos objetos referentes não possuem ligação direta ao Estado, tais como o livre-comércio, as temperaturas globais, as culturas regionais, entre outros fatores (DUQUE, 2008).

Os atores securitizadores, ou seja, aqueles que performam a segurança pelo discurso, geralmente são representados pela figura de líderes políticos, porta-vozes, representantes do

governo e demais agentes que possuem uma posição social de destaque para emitir informações relacionadas ao objeto referencial. Casos em que o objeto referencial não é o Estado, fazer a distinção entre o objeto referencial e o ator securitizador se faz possível. Em suma, a teoria de securitização conduz esforços para descentralizar o enfoque estatal, distinguindo entre objeto referencial e agente securitizador, e incorporando objetos referentes não-estatais (DUQUE, 2008).

2.1.4 Os setores

Os setores trabalhados pela EC refletem uma agenda diversificada e direcionada a diferentes tipos de interação, distinguindo-os entre militar, político, econômico, societal e ambiental. O setor militar faz referência aos relacionamentos que envolvem coerção pelo uso da força; o político abrange os relacionamentos de autoridades e governança em geral; o econômico se refere às relações de comércio, produção e finanças; o societal contém os relacionamentos que representam uma identidade coletiva; e, por fim, o ambiental se refere à ligação entre a atividade humana e a biosfera planetária (BUZAN et al., 1998). De acordo com os autores:

De um modo geral, a segurança militar diz respeito à interação de dois níveis das capacidades ofensivas armadas e defensivas dos Estados e as percepções dos Estados sobre as intenções do outro. A segurança política diz respeito à estabilidade organizacional dos Estados, sistemas de governo e às ideologias que dão legitimidade. A segurança econômica diz respeito ao acesso aos recursos, finanças e mercados necessários para manter níveis aceitáveis de bem-estar e poder estatal. A segurança social diz respeito à sustentabilidade, dentro de condições aceitáveis para a evolução, de padrões tradicionais de linguagem, cultura e identidade religiosa e nacional, de costume. A segurança ambiental diz respeito à manutenção da biosfera local e planetária como o sistema de apoio essencial no qual todos os outros negócios humanos dependem (BUZAN, 1991, p. 19-20, *apud* BUZAN et al., 1998, p. 8, tradução nossa).

Perante a consideração de que pessoas e nações, tais como os Estados e as alianças, podem representar usuários estratégicos da força no sistema internacional (BUZAN et al., 1998), abranger os diversos setores em que os indivíduos se relacionam faz-se imprescindível para o completo entendimento das diversas questões passíveis de serem securitizadas.

2.1.5 As etapas da securitização

A abordagem condizente às etapas faz referência a três passos sequenciais: ameaças existenciais, ação emergente e efeitos sobre as relações interunitárias ocorrendo a quebra de regras (BUZAN et al., 1998, p. 26). A questão que vem a ser securitizada, primeiramente, é apresentada como uma extrema prioridade. Em seguida, ao ser relacionada a um tópico de segurança, pedidos de medidas extraordinárias começam a ser proferidos pelos atores securitizadores, os quais barganham com a audiência até que a questão seja securitizada e tratada fora das regras normais.

Ainda de acordo com os autores da EC, quando determinada questão é elevada para o nível da securitização, ou seja, sendo tratada acima do nível da política normal, a situação é retratada como ‘política do pânico’ (WAEVER, 1995), refletindo um contexto que demonstra empoderamento do poder estatal sobre a sociedade, aumento do controle dos direitos e redução das liberdades individuais.

Dessa forma, como pontua Duque (2009), ao partir desse entendimento de que a securitização culmina no âmbito da ‘política do pânico’, a segurança é vista negativamente. Os autores da EC, em vista disso, salientam que a securitização deve ser evitada, bem como o caminho para dessecuritização deve ser a prioridade, debatendo as questões no espectro da política normal.

2.1.6 O conceito de dessecuritização

Na abordagem de Waever (1995), não só os processos que permitem a inclusão de temas na agenda de segurança devem ter relevância, mas também os esforços para a retirada de questões dessa agenda, a chamada dessecuritização. A dessecuritização, ou seja, o retorno das questões para a esfera da política normal, recebendo tratamento pelas regras e outras práticas institucionalizadas, deve ser o foco principal, de acordo com os autores da EC, que defendem uma limitação da agenda de segurança.

De acordo com Buzan (1997 *apud* DUQUE, 2008), a ordem liberal fez com que a agenda de segurança se expandisse com novas questões e novos atores, reduzindo a securitização no plano militar e contribuindo para a redução de conflitos armados entre os Estados. A EC reconhece, portanto, que ao incluir esses temas na política, o comprometimento, as soluções e o debate são facilitados. Já a lógica contrária, a securitização, representa um problema na medida em que garante privilégios aos atores securitizadores com alto poder social e retira direitos civis e liberais da sociedade. O risco, conforme alertam os autores, são as

questões “caírem no silêncio” e não serem tratadas nem mesmo pela via política (BUZAN; HANSEN, 2012).

2.2 Metodologia *process-tracing*

A teoria de securitização juntamente com a metodologia de procedimento *process-tracing* respaldaram a análise de ambos os casos investigados neste trabalho. O *process-tracing* é uma das técnicas que constituem os estudos sobre securitização, juntamente com análise do discurso, pesquisa etnográfica e análise de conteúdo. O método opera com dados qualitativos, tais como, documentos, entrevistas, jornais, memórias históricas, questionários, etc. De acordo com Balzacq (2011), o *process-tracing* era fortemente associado a metodologias positivistas, mas na visão do autor, o método faz-se muito útil na análise dos processos de securitização. Ainda de acordo com o autor, “o núcleo do *process-tracing* é examinar os mecanismos sociais que provocaram um fenômeno social a ser o que é” (BALZACQ, 2011, p. 47), ou seja, o método está diretamente ligado com as interações sociais e com a cadeia de causalidades que ligam variáveis independentes ao resultado da variável dependente.

Balzacq (2011) levanta a principal diferença entre análise do discurso e o *process-tracing*, ressaltando que o primeiro pode ser eficaz em compreender como a securitização opera, porém é fraco em discutir questões tais como quando e porquê os movimentos de securitização ocorrem. Já o segundo permite investigar não só os movimentos de securitização que foram bem-sucedidos, como também compreender os movimentos que fracassaram, enriquecendo cada vez mais a teoria.

Além disso, o *process-tracing* pode ser utilizado para explicação de resultados, construção de teorias, teste de teorias e refinamento das variáveis da teoria, dependendo da situação e propósito da pesquisa. De acordo com Beach e Pedersen (2016), o desenho de pesquisa por *process-tracing* demanda que determinado caso seja desagregado em subcasos, para que assim possa ser possível mensurar as variáveis intervenientes, conservando outras variáveis independentes. Ainda, generalizar os resultados de *process-tracings* bem-sucedidos é um erro, pois cada caso em si é único, além das diferentes combinações causais, as quais são muito específicas para cada situação (BEACH; PEDERSEN, 2016).

Após a apresentação sobre a teoria de securitização e sobre o *process-tracing*, esse ferramental analítico respaldará a análise a seguir sobre os casos escolhidos nessa pesquisa: o caso líbio e o caso sírio, na tentativa de explicar os mecanismos causais que permitem visualizar como a securitização foi bem-sucedida na Líbia e segue sem sê-la no caso sírio.

3 A Securitização do Caso Líbio

A crise líbia foi uma das revoltas que ficaram conhecidas a partir do que se designou Primavera Árabe. Os levantes e manifestações ocorridos nos países do Oriente Médio e Norte da África refletiram mudanças no contexto político, econômico e social, bem como uma nova configuração diplomática fazia-se evidente. A complexidade dessa sequência de eventos demanda uma análise cautelosa não somente como um fenômeno doméstico dos países atores, mas também como um movimento regional e um tema de interesse global (RAMOS, 2015).

As revoltas tiveram como fagulha inicial a autoimolação de um jovem tunisiano, Mohamed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010, demonstrando uma forma de protesto contra a repressão do regime de Zine El Abidine Ben Ali, presidente tunisiano. Esse ato carrega um grande simbolismo de identificação da coletividade com o indivíduo vitimado, pois o martírio despertou o início das manifestações, as quais foram impulsionadas pelo desejo da população de usufruir de maiores direitos políticos, econômicos e sociais.

O conflito líbio foi mais uma dessas revoltas que se espalharam pela região, caracterizando a Primavera Árabe. Na Líbia, o início se deu em fevereiro de 2011, com a ocorrência de diversos protestos e um levante armado. Aos poucos, as manifestações se propagaram por várias localidades da região leste do país e adquiriram caráter cada vez mais violento, pelo confronto direto entre os manifestantes e as forças governamentais (OLIVEIRA, 2015).

O Conselho Nacional de Transição (CNT), órgão criado por uma coalizão entre as forças anti-Kadafi, posicionou-se fortemente na mobilização, sofrendo retaliações do ditador, o que fez com que os protestos informais se transformassem em uma guerra civil. As principais variáveis desse conflito são: o regime repressivo de Kadafi, a divisão territorial da Líbia em forças pró e contra o governo, os armamentos e treinamentos militares do CNT, a coalizão das forças rebeldes, a influência da ONU, a intervenção pela OTAN, e o papel da Liga Árabe como propulsora da transformação de protestos pacíficos em uma guerra civil (BHARDWAJ, 2012).

O caso líbio também pode ser ressaltado por suas particularidades, tais como, a representação de um longo período ditatorial, a ocorrência de retaliações por parte do ditador, o pioneirismo de uma intervenção militar acordada no CSONU e o assassinato de quem estava à frente do governo. Primeiramente, a falta de expectativas de que uma ditadura com 42 anos de duração fosse então questionada é uma das características marcantes no conflito líbio. Além disso, foi o primeiro caso na sucessão de revoltas da Primavera Árabe em que houve retaliações

por parte do ditador. Em terceiro, representou o único evento durante a Primavera Árabe em que uma intervenção militar foi acordada pela comunidade internacional, bem como a primeira ocorrência em que a Liga Árabe atuou como suporte dessa intervenção. Por fim, as revoltas levaram a uma guerra civil em grande escala culminando no assassinato do ditador líbio (RÓZSA et al., 2012).

A ebulição das revoltas se agravou e já no final de fevereiro as bases aéreas e navais estavam tomadas pelos rebeldes líbios, acentuando a propensão a conflitos (CHOSSUDOVSKY, 2013b; PRASHAD, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015). Então, perante esse contexto, ocorre a aprovação da Resolução 1970 do Conselho de Segurança, a qual continha medidas como: fim dos confrontos, proibição de viagens dos membros do governo e a proibição da venda de armas para a Líbia. Entretanto, os conflitos não cessam, e as reivindicações por uma Zona de Proibição de Voo (ZPV) e pela intervenção direta faziam-se muito presentes.

É nesse contexto que a Resolução 1973 foi acordada no CSONU, em 17 de março de 2011. A resolução teve dez votos favoráveis e cinco abstenções, estabelecendo por fim uma ZPV. É importante ressaltar o pioneirismo dessa ação no CSONU: “era a primeira vez que uma autorização sobre o uso da força militar para proteger vidas humanas contra a vontade de um Estado funcional” era aprovada (BELLAMY, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 673). A partir desse evento, diversos países ocidentais enviaram suas forças para o início do combate ao governo líbio: França, com a operação *Harmattan*; os EUA, com a *Odyssey Dawn*; o Reino Unido, com a operação *Ellamy* e o Canadá, com a *Mobile*. Após um período, as operações foram centralizadas nos esforços da OTAN, recebendo a denominação *Unified Protector* (Operação Protetor Unificado) (JOY, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2015). A operação seguiu apoiando os manifestantes e oferecendo suporte a eles na luta contra o ditador líbio. Foram oito meses de combates até a captura e a morte de Muammar Kadafi, deixando por trás desse acontecimento a investigação sobre quais eram os interesses que levaram as potências ocidentais a realizarem a intervenção militar na Líbia, pela OTAN, em 2011.

A influência internacional foi uma peça chave na promoção do conflito. A grande cobertura da mídia posicionando-se favoravelmente às ações do CNT e alimentando a imagem negativa de Kadafi contribuiu para que não só as organizações, mas também os responsáveis por análises a respeito do conflito, identificassem na repressão governamental a causa que legitimava as ações violentas dos adeptos do CNT. Essa foi a estrutura que possibilitou a intervenção da OTAN, a qual demonstrava que a postura anti-regime e pró-democracia do CNT era legítima mediante aquele contexto.

Perante o entendimento de que a intervenção militar em território líbio foi uma novidade no histórico do CSONU, compreender como a Operação Protetor Unificado foi autorizada e quais foram as justificativas apresentadas tanto pelos membros do Conselho quanto pela OTAN, permitindo identificar a securitização do processo, constitui-se o objetivo central deste capítulo.

Ao elucidar o termo ‘segurança’, muitos significados são criados, e um contexto de crise e emergência fica implícito no discurso, demandando todas as medidas necessárias no enfrentamento daquela ameaça. Os tipos de questões securitizadas variam de Estado para Estado e entre culturas: questões religiosas, culturais, ambientais, econômicas, ou identitárias podem ser objeto referencial. A securitização não ocorre somente entre Estados, governos ou organizações multilaterais, como também entre agentes sociais (BUZAN et al., 1998 *apud* NORELIUS, 2014).

O objetivo deste capítulo, portanto, é o entendimento dos processos que desembocaram na securitização do caso líbio, culminado na intervenção militar acordada nos moldes do CSONU. Por conseguinte, como foi negociada a intervenção internacional? Na primeira parte da análise, a investigação centra-se no nível local, apreendendo quais foram as variáveis e forças no plano doméstico que podem ser compreendidas como os primeiros esforços no processo de securitização.

Em seguida, ao entender como o poder também emerge de contextos sociais, o entendimento voltou-se para o nível regional, partindo da análise de que este foi influenciado por um encadeamento de fatos locais, que impactaram, de certa forma, nas mobilizações a nível regional, dando destaque ao papel da Liga Árabe no processo. Por fim, ao alcançar o plano global, a compreensão será voltada para a securitização institucionalizada aos moldes do CSONU, quais foram os processos, as justificativas e as ameaças identificadas que culminaram na intervenção militar como medida extraordinária.

Embora o seguimento da pesquisa tenha assumido a sequência nível local - nível regional - nível global, destaca-se que os níveis se impactam, de alguma forma, mutuamente. Essa sequência foi adotada para fins analíticos, a fim de demonstrar como os níveis local e regional realizaram esforços de securitização e contribuíram nas decisões tomadas a nível global pelos membros do CSONU.

3.1 O nível local: A crise humanitária e os rebeldes líbios como atores securitizadores

Na abordagem referente ao nível doméstico, o objetivo foi compreender como os agentes locais, o CNT, o papel da mídia ou até mesmo o próprio regime receberam suficiente capital social e puderam atuar como variáveis na inicialização dos processos de securitização. A securitização nesse nível não é formal, apenas representa um esforço para chegar aos demais níveis.

Em seu trabalho, Hamchi (2012) realiza uma discussão sobre a caracterização da Líbia como um Estado em colapso. Para sustentar esse argumento, o autor afirma que esta condição foi securitizada pela comunidade internacional como parte de um longo processo de securitização da ingovernabilidade da região. Na visão de Hamchi, assim como argumentado pelos autores da Escola de Copenhague, dessecuritizar a ameaça que a Líbia em colapso representa para a região facilitaria que não só os Estados envolvidos regionalmente, mas também internacionalmente, pudessem desmilitarizar a ajuda que destinam ao país através do emprego de alternativas distintas.

É importante salientar, tal como foi exposto acima, que a maneira como o processo foi construído possibilitou aos atores securitizadores facilidade em apresentar o regime de Kadafi como uma ameaça para a própria sobrevivência do povo líbio. Grande parte da população já reconhecia o regime repressivo como uma ameaça para o bem-estar próprio e para a segurança. Se não fosse dessa forma, provavelmente a securitização não ocorreria ou talvez haveria problemas na existência do elemento intersubjetivo entre a audiência e o ator securitizador (IGNJATIJEVIC, 2015).

Nesse nível da securitização, os rebeldes líbios, membros do CNT, foram responsáveis por convencer o povo líbio e as organizações internacionais acerca da urgência de que fossem tomadas medidas especiais. A ação dos rebeldes recebeu apoio logístico externo, como armas, medicamentos, combustíveis e alimentos. Esse auxílio oferecido por parte do ocidente contribuiu na mobilização de opositores em outras partes do país, fazendo com que a causa das forças anti-regime se tornasse cada vez mais conhecida (FAHIM; MAZZETTI, 2011). Além disso, o ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, assinou uma ordem secreta para apoiar os rebeldes, autorizando operações secretas feitas pela Agência Central de Inteligência (CIA) (G1, 2011). Esse apoio por parte dos países ocidentais, em especial dos EUA, ator com grande capital social, contribuiu na legitimação da ação dos rebeldes, os quais lograram os esforços de securitização no plano local.

O reconhecimento por parte da comunidade internacional legitimou os rebeldes como atores securitizadores. A população líbia atuou tanto como objeto referencial quanto como audiência nesse processo que culminou no início do processo a nível internacional.

Primeiramente, os atores internacionais auxiliaram nas ações dos rebeldes direcionadas contra o governo e, posteriormente, os próprios países começaram a tomar medidas especiais.

Ou seja, além de Kadafi representar um ator securitizador estatal, apresentando os rebeldes como uma ameaça, o CNT atuou um ator securitizador não-estatal capaz de concluir os esforços de securitização com sucesso, visto que usufruiu de capital social adequado para enquadrar o regime repressivo como uma ameaça à população. Já a audiência pôde ser identificada no povo líbio, primeiramente, e na comunidade internacional, posteriormente.

Sobre o papel da mídia como agente local, é inegável que a expansão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitaram maior acesso às redes sociais e a consequente mobilização de pessoas por vontades em comum. As novas mídias modificam comportamentos e identidades, promovem uma polarização política e social, permitem que tanto os rebeldes quanto os membros do governo divulguem suas ações e, como aspecto mais importante, atraíam a atenção internacional (SOARES, 2014). A mídia também explora o processo de “violentizações”, o que acaba resultando em uma “securitização visual”³ (NEUMANN, 1998 *apud* BUZAN; HANSEN, 2012, p. 328), beneficiando-se de julgamentos acerca de situações as quais permitem qualificações a respeito de heróis ou vilões, dramatizando a informação que chega a público.

Durante o conflito, milhares de notícias foram veiculadas demonstrando o sofrimento de civis em meio ao enorme caos causado pelos confrontos entre as forças pró-regime e anti-regime. Através da exploração do recurso visual, a sensibilização acerca da urgência da situação atinge um público cada vez maior, não somente no interior do país, mas no mundo todo. Além disso, o papel das redes sociais também é destacado, visto que esse meio de comunicação foi utilizado para difundir amplamente informações sobre o conflito, bem como para recrutar apoiadores para ambos os lados do confronto.

Tendo em vista as considerações acima destacadas, de que o poder também é fruto de interações sociais locais, a próxima seção destacará a construção dos esforços de securitização no plano regional, nível este que foi influenciado pelos aspectos locais e foi influenciador do nível global.

³ Quando as imagens constituem algo ou alguém como ameaçado e com necessidade de defesa imediata ou quando os atores securitizadores argumentam que as imagens “falam de segurança”. Estudar a política de segurança é focar na constituição pública de ameaças e perigos; estudar a securitização visual, portanto, requer uma análise não apenas da imagem como uma entidade independente, mas das formas como ela é constituída por meio do discurso falado e escrito (HANSEN, 2011).

3.2 O nível regional: A contribuição da Liga Árabe

A respeito das iniciativas no plano regional, esta seção da pesquisa identificará os aspectos regionais da securitização do caso líbio, ressaltando o papel da Liga Árabe, primordialmente, pela sua contribuição no processo. Em primeira instância, se definirmos a região norte da África como um Complexo de Segurança Regional, o qual os autores de Copenhague estabelecem como a existência de um intenso nível de interdependência securitária entre as unidades contidas neste complexo, estaremos diante de uma região que é influenciada por interações tanto no nível doméstico quanto a nível global (BUZAN et al., 1998).

Faz-se muito importante o entendimento do papel da Liga Árabe no processo, a qual assumiu uma atuação adotando uma agenda própria no sentido a facilitar as ações dos países ocidentais. A Liga Árabe se reuniu em março de 2011 com o propósito de votar uma resolução requerendo à Organização das Nações Unidas (ONU) que uma Zona de Proibição de Voo (ZPV) fosse estabelecida sobre a Líbia (HASEEB, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015), argumentando que o governo de Kadafi já não era reconhecido como legítimo. Na reunião, estiveram presentes onze dos vinte e dois países membros da Liga, dos quais apenas Argélia e Síria foram contra. Consequentemente, a resolução foi aprovada e encaminhada aos cuidados da ONU. Essa resolução reforçava medidas que já haviam sido tomadas pelo CNT e pela Grã-Bretanha e França, no mesmo mês (OLIVEIRA, 2015).

A resolução acordada pelos membros da Liga Árabe representou mais um dos esforços mobilizados na consecução da securitização do caso líbio pela aprovação da Resolução 1973 no âmbito do CSONU e a decorrente intervenção comandada pela OTAN. Entretanto, quando os ataques aéreos começaram, Amr Moussa, líder da Liga Árabe, voltou-se contrariamente à intervenção justificando que a forma de execução se fazia distinta do que prevê uma ZPV (JOY, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015). Como justificativa para essa ação da Liga, Oliveira (2015) argumenta:

Esse posicionamento pode ser explicado tanto pela rivalidade existente entre Kadafi e algumas lideranças do Mundo Árabe, como pela necessidade dos países árabes do Golfo de pôr fim aos levantes no Bahrein e no Iêmen sem intervenções externas e com a convivência ocidental, de forma a garantir a estabilidade e a manutenção do status quo na região (PRASHAD, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 688). Nesse sentido, a grande capacidade econômica dos países membros do CCG⁴ foi fundamental não só para a aprovação da resolução 1973 do CSONU, mas também para conter as revoltas em alguns países, já que eles foram capazes de injetar grandes quantias de dinheiro não só em suas economias - como forma de amenizar os protestos - , mas também fora

⁴ CCG - Conselho de Cooperação do Golfo. É a organização de integração econômica que reúne seis Estados do Golfo Pérsico: Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait.

da península arábica, como forma de promover uma espécie de contrarrevolução (KAMRAVA, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 688).

Da mesma forma, a atuação da União Africana (UA) tem peso nos acontecimentos regionais. Também no início do mês de março, a UA deliberou uma Comissão *Ad Hoc* de Alto Nível para tentar propor saídas pacíficas para o caso em questão. Esses esforços condizem com a Carta da ONU, tendo em vista que a UA é a organização mais envolvida diretamente com a questão e teria prioridade em propor soluções (BOYLE, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015). A UA propunha “um cessar-fogo imediato, acesso irrestrito à ajuda humanitária, proteção de estrangeiros e a promoção do diálogo e de uma solução política negociada entre Benghazi, o centro rebelde, e Trípoli” (PRASHAD, 2012 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 676). As propostas da UA foram negadas em várias tentativas.

3.3 O nível global: Como as organizações multilaterais se comportam quando justificam e legitimam intervenções militares?

Alcançando a análise a nível global, o objetivo desta seção será descrever as etapas e discursos que permitiram identificar um encadeamento de fatos que culminaram na aprovação da Resolução 1973 pelo CSONU. A investigação será direcionada a compreender como as justificativas do CSONU e da OTAN sobre a OPU podem ser entendidas sob uma perspectiva de securitização.

O processo ocorreu em um curto espaço de tempo, pois em menos de dois meses as reações atingiram a comunidade internacional e as condenações ficaram evidentes no aumento da pressão diplomática e de sanções que levaram à aprovação da OPU (NORELIUS, 2014). Diante disso, questionar como determinados aspectos conseguem, e outros não, atingir a esfera de segurança, sendo transformados em ameaças que demandam contra-medidas especiais, conferindo a alguns atores uma posição privilegiada, faz-se uma investigação totalmente pertinente.

Levando em consideração que, a nível global, o CSONU atuou como ator securitizador e o conflito líbio como o objeto referencial, a observação seguirá a análise da doutrina R2P⁵ (Responsibility to Protect) e das Resoluções 1970 e 1973. A respeito do R2P, a investigação se

⁵ Doutrina que propõe conciliar o dilema das intervenções humanitárias com o devido respeito à soberania estatal, a partir de dois princípios básicos: o de que este conceito, tomado no seu sentido tradicional, também implica responsabilidade, e não apenas autoridade; e o de que é do próprio Estado a responsabilidade primária pela proteção de seus indivíduos.

pautou nos princípios para uma intervenção militar, a fim de identificar trechos que fazem referência à proteção de indivíduos, à manutenção da paz e segurança internacionais, e à autoridade concedida ao CSONU em deliberações a esse respeito. Sobre a Resolução 1970, trechos que expressam a decisão de mobilizar esforços condenando a violência e o uso da força contra civis foram analisados. Já para a compreensão da Resolução 1973, a qual formalizou a decisão dos membros do CSONU sobre a intervenção militar, foram investigados os principais trechos contidos no preâmbulo da resolução, os quais elucidam a urgência de uma ação conjunta entre os membros contra a situação excepcional líbia.

Tendo em vista que esta pesquisa tem seu eixo central na análise dos atos de fala, os trechos dos documentos analisados foram mantidos no idioma original durante as citações, a fim de não haver nenhum tipo de prejuízo no entendimento da mensagem com a tradução. A tradução para o português está contida nas notas de rodapé.

3.3.1 A doutrina R2P

Ao analisar os pontos centrais da Responsabilidade de Proteger, é possível identificar, em primeira instância, o Estado como principal responsável por zelar por seus indivíduos; porém, na ausência dessas condições, quando não é suficiente para suprir as demandas individuais, este se torna vulnerável às intervenções externas:

A. State sovereignty implies responsibility, and the primary responsibility for the protection of its people lies with the state itself.

B. Where a population is suffering serious harm, as a result of internal war, insurgency, repression or state failure, and the state in question is unwilling or unable to halt or avert it, the principle of non-intervention yields to the international responsibility to protect⁶ (ICISS, 2001, p. 11).

Dessa forma, nos fundamentos do R2P também é possível perceber as justificativas humanitárias para as atuações estatais, seguindo os princípios da ONU e a proteção aos direitos humanos:

The foundations of the responsibility to protect, as a guiding principle for the international community of states, lie in:

⁶ “A. A soberania do Estado implica responsabilidade, e a principal responsabilidade pela proteção de seu povo cabe ao próprio Estado.

B. Quando uma população sofre dano grave, como resultado da guerra interna, da insurgência, da repressão ou do fracasso do Estado, e o Estado em questão não está disposto a deter ou evitar, o princípio da não-intervenção cede à responsabilidade internacional de proteger” (ICISS, 2001, p. 11, tradução nossa).

- A. obligations inherent in the concept of sovereignty;
- B. the responsibility of the Security Council, under Article 24 of the UN Charter, for the maintenance of international peace and security;
- C. specific legal obligations under human rights and human protection declarations, covenants and treaties, international humanitarian law and national law;
- D. the developing practice of states, regional organizations and the Security Council itself⁷ (ICISS, 2001, p. 11).

Em seguida, nos princípios relacionados à intervenção militar contidos no relatório, é possível identificar a sinalização da intervenção militar como uma medida excepcional e extraordinária, sendo válida somente em casos que apresentem danos reais ou potenciais aos seres humanos:

- Military intervention for human protection purposes is an exceptional and extraordinary measure. To be warranted, there must be serious and irreparable harm occurring to human beings, or imminently likely to occur, of the following kind:
- A. large scale loss of life, actual or apprehended, with genocidal intent or not, which is the product either of deliberate state action, or state neglect or inability to act, or a failed state situation; or
 - B. large scale 'ethnic cleansing', actual or apprehended, whether carried out by killing, forced expulsion, acts of terror or rape⁸ (ICISS, 2001, p. 12).

Além disso, relacionado diretamente ao direito de autoridade do CSONU, o relatório concede ao Conselho a autoridade máxima nas decisões a respeito das intervenções, deixando claro que está nas mãos dos cinco membros permanentes o poder, ou não, de veto. É explícito o desejo de que os Estados se esforcem ao máximo a fim de não vetar ao menos decisões que não prejudiquem seus interesses próprios de Estado. Se as deliberações do CSONU falharem,

⁷ “Os fundamentos da Responsabilidade de Proteger, como um princípio orientador para a comunidade de Estados, consiste em:

- A. Obrigações inerentes ao conceito de soberania;
- B. A responsabilidade do Conselho de Segurança, nos termos do artigo 24 da Carta das Nações Unidas, para a manutenção da paz e da segurança internacionais;
- C. Obrigações legais específicas no âmbito das declarações de direitos humanos e proteção humana, convênios e tratados, direito internacional humanitário e direito nacional;
- D. A prática de desenvolvimento de Estados, organizações regionais e do próprio Conselho de Segurança” (ICISS, 2001, p. 11, tradução nossa).

⁸ “A intervenção militar para fins de proteção humana é uma medida excepcional e extraordinária. Para justificar, deve haver danos graves e irreparáveis para seres humanos, ou iminentemente prováveis de ocorrer, do seguinte tipo:

- A. perda de vida em grande escala, real ou apreendida, com intenção genocida ou não, o que é o produto de uma ação estatal deliberada, negligência ou incapacidade de agir, ou uma situação de Estado falido; ou
- B. "limpeza étnica" em larga escala, real ou apreendida, seja realizada por matança, expulsão forçada, atos de terror ou estupro (ICISS, 2001, p. 12, tradução nossa).

os Estados envolvidos têm o direito de buscarem outros meios para lidar com a urgência da situação:

- A. There is no better or more appropriate body than the United Nations Security Council to authorize military intervention for human protection purposes. The task is not to find alternatives to the Security Council as a source of authority, but to make the Security Council work better than it has.
- B. Security Council authorization should in all cases be sought prior to any military intervention action being carried out. Those calling for an intervention should formally request such authorization, or have the Council raise the matter on its own initiative, or have the Secretary-General raise it under Article 99 of the UN Charter.
- C. The Security Council should deal promptly with any request for authority to intervene where there are allegations of large scale loss of human life or ethnic cleansing. It should in this context seek adequate verification of facts or conditions on the ground that might support a military intervention.
- D. The Permanent Five members of the Security Council should agree not to apply their veto power, in matters where their vital state interests are not involved, to obstruct the passage of resolutions authorizing military intervention for human protection purposes for which there is otherwise majority support.
- E. If the Security Council rejects a proposal or fails to deal with it in a reasonable time, alternative options are: I. consideration of the matter by the General Assembly in Emergency Special Session under the "Uniting for Peace" procedure; and II. action within area of jurisdiction by regional or sub-regional organizations under Chapter VIII of the Charter, subject to their seeking subsequent authorization from the Security Council.
- F. The Security Council should take into account in all its deliberations that, if it fails to discharge its responsibility to protect in conscience-shocking situations crying out for action, concerned states may not rule out other means to meet the gravity and urgency of that situation – and that the stature and credibility of the United Nations may suffer thereby⁹ (ICISS, 2001, p. 12-13).

⁹ "A. Não existe um órgão melhor ou mais adequado do que o Conselho de Segurança das Nações Unidas para autorizar a intervenção militar para fins de proteção humana. A tarefa não é encontrar alternativas ao Conselho de Segurança como fonte de autoridade, mas fazer com que o Conselho de Segurança funcione melhor do que da forma que já atua.

B. A autorização do Conselho de Segurança deve, em todos os casos, ser procurada antes de qualquer ação de intervenção militar a ser realizada. Aqueles que pedem uma intervenção devem solicitar formalmente essa autorização, ou o Conselho levantará o assunto por sua própria iniciativa ou o Secretário-Geral o levantará de acordo com o Artigo 99 da Carta da ONU.

C. O Conselho de Segurança deve lidar prontamente com qualquer pedido de autoridade para intervir onde existam alegações de perda em grande escala de vida humana ou limpeza étnica. Deveria, neste contexto, buscar uma verificação adequada de fatos ou condições no terreno que possam apoiar uma intervenção militar.

D. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança devem concordar em não aplicar o seu poder de veto, em questões em que os seus interesses vitais de Estado não estão envolvidos, obstruindo a aprovação de resoluções que autorizem a intervenção militar para fins de proteção humana para os quais, de outro modo, é um suporte majoritário.

E. Se o Conselho de Segurança rejeitar uma proposta ou deixar de lidar com ela em um prazo razoável, as opções alternativas são: I. consideração do assunto pela Assembleia Geral em Sessão Especial de Emergência no âmbito do procedimento "Unir para a Paz"; e II. Ação dentro da área de jurisdição por organizações regionais ou sub-regionais, de acordo com o Capítulo VIII da Carta, sob reserva de sua autorização subsequente pelo Conselho de Segurança.

F. O Conselho de Segurança deve ter em conta, em todas as suas deliberações, que, se não cumprir a sua responsabilidade de proteger em situações de consciência chocante, clamando por ação, os Estados envolvidos podem não excluir outros meios para cumprir a gravidade e a urgência dessa situação - e que a estatura e a credibilidade das Nações Unidas podem sofrer dessa forma (ICISS, 2001, p. 12-13, tradução nossa).

Os trechos acima foram expostos na tentativa de trazer uma primeira visão do que será discutido em seguida com os trechos da Resolução 1970 e Resolução 1973. Ao trabalhar com o princípio R2P, ficam claros os direitos e deveres concedidos aos membros do CSONU em suas atuações, embasadas pela missão de zelar pela segurança, pela paz e pelos direitos humanos. Portanto, o empoderamento desses atores é crucial na compreensão de como são construídas as decisões na comunidade internacional.

3.3.2 A Resolução 1970

A Resolução 1970 foi adotada em 26 de fevereiro de 2011 diante de um contexto de violência crescente no Estado líbio, demandando atenção especial da comunidade internacional, que reconheceu os pedidos proferidos pelos atores securitizadores domésticos para que medidas fossem tomadas em relação àquela situação. Dessa maneira, outro processo de securitização foi iniciado, agora fora da Líbia. A Resolução estabelece embargo de armas, proibição de viagens e congelamento de ativos, além da permissão dada ao Conselho de considerar medidas adicionais (IGNJATIJEVIC, 2015).

O movimento de securitização foi encabeçado pela França e Grã-Bretanha, Estados que exerceram papel relevante no convencimento acerca da intervenção. Mesmo com o reconhecimento das habilidades diplomáticas desses dois países, persuadir a China e Rússia, de início, foi um grande desafio. O texto foi elaborado pelos britânicos juntamente com os franceses, e posteriormente repassado para os americanos e para os membros europeus não-permanentes (Alemanha e Portugal).

Após a aprovação norte-americana, o texto foi partilhado com China e Rússia, e em seguida com os demais membros do Conselho. Os britânicos introduziram a cláusula que autorizava ‘todas as medidas necessárias para o acesso humanitário’, a qual foi mais tarde retirada como um instrumento de barganha com os russos. Os membros P3 (França, Grã-Bretanha e Estados Unidos) obtiveram dois pontos fundamentais como vantagem nas negociações: a renúncia do representante permanente adjunto líbio Ibrahim Dabbashi¹⁰ em 21 de fevereiro de 2011 e a cooperação com o Líbano como forma de demonstrar uma voz árabe em favor da intervenção.

Britânicos e franceses conseguiram convencer Dabbashi a escrever uma carta para a presidência do Conselho demandando uma reunião imediata entre os membros. Na reunião,

¹⁰ Diplomata líbio que desempenhou o cargo de Representante Permanente da Líbia nas Nações Unidas em Nova York.

Dabbashi discursou como um representante do povo líbio, o que contribuiu no convencimento dos presentes de que a intervenção era vontade da população. Além disso, quando a Liga Árabe suspendeu a participação líbia, os libaneses cooperaram com os esforços britânicos e franceses atuando como um canal de comunicação entre a Liga Árabe e o CSONU (ADLER-NISSEN; POULIOT, 2014).

O trecho abaixo permite verificar mais um passo do processo de securitização líbio, o qual faz referência ao objeto referencial (população civil líbia), atores securitizadores (França e Grã-Bretanha), e a audiência (demais membros do CSONU), bem como é possível identificar as etapas da securitização: identificação de uma ameaça existencial; sucessiva ação emergente; e efeitos nas relações interunitárias devido à quebra de regras:

Expressing grave concern at the situation in the Libyan Arab Jamahiriya and condemning the violence and use of force against civilians, [...]
 Deploring the gross and systematic violation of human rights, including the repression of peaceful demonstrators, expressing deep concern at the deaths of civilians, and rejecting unequivocally the incitement to hostility and violence against the civilian population made from the highest level of the Libyan government, [...]
 Considering that the widespread and systematic attacks currently taking place in the Libyan Arab Jamahiriya against the civilian population may amount to crimes against humanity, [...]
 Mindful of its primary responsibility for the maintenance of international peace and security under the Charter of the United Nations, [...]
 Requests all Member States, to the extent possible, to cooperate in the evacuation of those foreign nationals wishing to leave the country; [...]
 Calls upon all Member States, working together and acting in cooperation with the Secretary General, to facilitate and support the return of humanitarian agencies and make available humanitarian and related assistance in the Libyan Arab Jamahiriya, and requests the States concerned to keep the Security Council regularly informed on the progress of actions undertaken pursuant to this paragraph, and expresses its readiness to consider taking additional appropriate measures, as necessary, to achieve this; [...] ¹¹ (UN Doc. S/RES/1970 (2011)).

¹¹ “Expressando uma grave preocupação com a situação na Jamahiriya Árabe da Líbia e condenando a violência e o uso da força contra civis, [...]

Lastimando a violação grosseira e sistemática dos direitos humanos, incluindo a repressão de manifestantes pacíficos, expressando profunda preocupação com a morte de civis e rejeitando inequivocamente a incitação à hostilidade e violência contra a população civil feita a partir do mais alto nível do governo da Líbia [...]

Considerando que os ataques generalizados e sistemáticos que estão ocorrendo atualmente na Jamahiriya Árabe da Líbia contra a população civil podem ser crimes contra a humanidade [...]

Consciente da sua principal responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais ao abrigo da Carta das Nações Unidas, [...]

Solicita a todos os Estados Membros, na medida do possível, que cooperem na evacuação dos estrangeiros que desejam sair do país; [...]

Convida todos os Estados-Membros, trabalhando em conjunto e agindo em cooperação com o Secretário-Geral, para facilitar e apoiar o retorno das agências humanitárias e disponibilizar assistência humanitária e relacionada na Jamahiriya Árabe da Líbia e solicita aos Estados interessados que mantenham o Conselho de Segurança regularmente informado sobre o andamento das ações realizadas nos termos deste parágrafo, e expressa sua disponibilidade para considerar a tomada de medidas adequadas adicionais, conforme necessário, para alcançar isso [...]” (UN Doc. S/RES/1970 (2011), tradução nossa).

Como expresso nos trechos da Resolução, já é possível perceber as primeiras articulações em direção às mudanças na situação líbia, que mais tarde resultou na aprovação da Resolução 1973. Os discursos contidos no texto exploram, majoritariamente, a situação do povo líbio, caracterizando-a como violações extremas aos direitos humanos e necessidade urgente de medidas humanitárias que possam ir contra o regime de Kadafi, ou seja, a população líbia atua como objeto referencial nos discursos do CSONU.

3.3.3 A Resolução 1973

A Resolução 1973 foi o movimento que de fato oficializou a securitização do caso líbio. Em 17 de março de 2011, a Resolução foi aprovada demonstrando mais um ato de habilidades diplomáticas dos P3, países estes que foram acusados pelos demais membros de pressionarem pela aceitação durante o processo de negociação, a ponto de carregarem a responsabilidade de arcar com as consequências do isolamento, tais como a imposição de severas sanções por parte da comunidade internacional, caso não aprovassem (ADLER-NISSEN; POULIOT, 2014). A Resolução passou com dez votos favoráveis e cinco abstenções (Brasil, China, Alemanha, Índia e Rússia), demonstrando ser fruto de “enquadramento habilidoso, incluindo ‘assédio à imprensa’, compromissos astutos, demarcadores, juntamente com a pressão do tempo e a capacidade de mostrar o terreno moral alto” (ADLER-NISSEN; POULIOT, 2014, p. 902).

A aprovação da Resolução em si é um movimento de securitização, tendo como ator securitizador o CSONU, órgão internacional responsável pela manutenção da paz e segurança globais. Como medidas, foi instituída uma zona de exclusão aérea e a adoção de todas as ações necessárias no caso. O objeto referencial que se encontrava existencialmente ameaçado era o povo líbio, e o regime e seus componentes foram apresentados como uma ameaça existencial. Havia duas audiências pelas quais o ator securitizador (CSONU) necessitava apresentar justificativas para a aceitação: o restante da comunidade internacional, já que a resolução foi aceita somente por quinze dos membros das Nações Unidas; e a audiência líbia, pois era preciso ganhar suporte moral por parte dos rebeldes líbios, os quais são atores securitizadores no nível doméstico (IGNJATIJEVIC, 2015).

Diante desses aspectos, serão analisados em seguida os principais trechos do preâmbulo da Resolução 1973, os quais expressam discursos que fazem referência à extrema necessidade da adoção de medidas emergenciais previstas naquele documento. Por exemplo, no trecho “[e]xpressing grave concern at the deteriorating situation, the escalation of violence, and the

heavy civilian casualties [...]”¹² (UN Doc. S/RES/1973 (2011)), é possível perceber a ênfase dada no grande número de mortos e como isso é apresentado como algo ameaçado existencialmente, demonstrando preocupação com o direito legítimo à vida. A caracterização da situação como deteriorante e de crescente violência também indica o ator securitizador tentando legitimar ações através da caracterização da situação como uma crise emergencial. Mais adiante, temos trechos que reforçam tal caracterização:

Condemning the gross and systematic violation of human rights, including arbitrary detentions, enforced disappearances, torture and summary executions, Further condemning acts of violence and intimidation committed by the Libyan authorities, against journalists, media professionals and associated personnel and urging these authorities to comply with their obligations under international humanitarian law as outlined in resolution 1738 (2006), [...]”¹³ (UN Doc. S/RES/1973 (2011)).

Os discursos são também direcionados contra as violações cometidas pelas autoridades líbias, o que permite enquadrá-las como uma ameaça existencial. As violações aos direitos humanos, casos de tortura e assassinatos são descritos pelo ator securitizador como uma forma de agregar e enaltecer o argumento de que a situação realmente representa uma crise urgente, permitindo ganhar legitimidade em suas ações. Ao seguir nessa direção, ou seja, na defesa dos aspectos humanitários, a Resolução 1973 demonstra também que o ator securitizador deseja conciliar seus interesses com os interesses de audiências empoderadas na tentativa de ganhar suporte moral, demonstrando propósitos altruístas (NORELIUS, 2014):

Recalling paragraph 26 of resolution 1970 (2011) in which the Council expressed its readiness to consider taking additional appropriate measures, as necessary, to facilitate and support the return of humanitarian agencies and make available humanitarian and related assistance in the Libyan Arab Jamahiriya, Expressing its determination to ensure the protection of civilians and civilian populated areas and the rapid and unimpeded passage of humanitarian assistance and the safety of humanitarian personnel [...]”¹⁴ (UN Doc. S/RES/1973 (2011)).

¹² “Expressando uma grande preocupação com a deterioração da situação, a escalada da violência e as graves baixas civis [...]” (UN Doc. S/RES/1973 (2011), tradução nossa).

¹³ “Condenando a flagrante e sistemática violação dos direitos humanos, incluindo detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, tortura e execuções sumárias, Condenando ainda os atos de violência e intimidação cometidos pelas autoridades da Líbia, contra jornalistas, profissionais de mídia e pessoal associado e exortando as autoridades a cumprirem as obrigações que lhes incumbem por força do Direito Internacional Humanitário, conforme delineado na resolução 1738 (2006), [...]” (ONU Doc. S / RES / 1973 (2011), tradução nossa).

¹⁴ “Recordando o parágrafo 26 da resolução 1970 (2011) em que o Conselho manifestou a sua disponibilidade para considerar a tomada de medidas adequadas adicionais, conforme necessário, para facilitar e apoiar o retorno das agências humanitárias e disponibilizar assistência humanitária e assistência na Jamahiriya Árabe da Líbia,

Novamente, a Resolução coloca a população civil líbia como o objeto referencial pela razão legítima de proteger. A assistência humanitária é destacada mais uma vez como uma demanda urgente, legitimando a quebra de regras. A reivindicação por suporte moral pelo ator securitizador fica explícita no desejo de criar identificações com outras audiências empoderadas:

Recalling the condemnation by the League of Arab States, the African Union, and the Secretary General of the Organization of the Islamic Conference of the serious violations of human rights and international humanitarian law that have been and are being committed in the Libyan Arab Jamahiriya, [...]

Taking note also of the decision of the Council of the League of Arab States of 12 March 2011 to call for the imposition of no-fly zone on Libyan military aviation, and to establish safe areas in places exposed to shelling as a precautionary measure that allows the protection of the Libyan people and foreign nationals residing in the Libyan Arab Jamahiriya, [...]

Taking note further of the Secretary-General's call on 16 March 2011 for an immediate cease-fire, [...] ¹⁵ (UN Doc. S/RES/1973 (2011)).

Ao se referir às organizações internacionais árabes e africanas, o trecho acima demonstra um esforço do ator securitizador de aproximação e empoderamento às audiências regionais. Por mais uma vez percebe-se a vinculação do caso a uma situação de crise e emergência diante da violação de direitos humanos. É possível visualizar que a Zona de Exclusão Aérea e o pedido de imediato cessar-fogo aparecem como medidas para proteger as áreas onde está a população civil. O reforço do argumento está centrado na caracterização da população líbia como o objeto referencial existencialmente ameaçado, incluindo também os cidadãos estrangeiros (NORELIUS, 2014).

Expressando a sua determinação em assegurar a protecção de civis e áreas populosas civis e a passagem rápida e livre de assistência humanitária e a segurança do pessoal humanitário [...]” (UN Doc. S/RES/1973 (2011), tradução nossa).

¹⁵ “Recordando a condenação da Liga dos Estados Árabes, da União Africana e do Secretário-Geral da Organização da Conferência Islâmica sobre as graves violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário que foram e estão sendo cometidas na Jamahiriya Árabe da Líbia [...]

Tomando nota também da decisão do Conselho da Liga dos Estados Árabes de 12 de março de 2011 de exigir a imposição de zona de exclusão aérea na aviação militar da Líbia e estabelecer áreas seguras em locais expostos ao bombardeio como medida de precaução que permita a proteção do povo líbio e estrangeiros residentes na Jamahiriya Árabe da Líbia, [...]

Tomando nota da convocação do Secretário-Geral em 16 de março de 2011 para um cessar-fogo imediato, [...]” (UN Doc. S/RES/1973 (2011), tradução nossa).

Recalling its decision to refer the situation in the Libyan Arab Jamahiriya since 15 February 2011 to the Prosecutor of the International Criminal Court, and stressing that those responsible for or complicit in attacks targeting the civilian population, including aerial and naval attacks, must be held to account, [...]

Reiterating its concern at the plight of refugees and foreign workers forced to flee the violence in the Libyan Arab Jamahiriya, welcoming the response of neighbouring States, in particular Tunisia and Egypt, to address the needs of those refugees and foreign workers, and calling on the international community to support those efforts, [...]

Deploring the continuing use of mercenaries by the Libyan authorities, [...] ¹⁶ (UN Doc. S/RES/1973 (2011)).

A partir do trecho acima, uma novidade nos discursos é a inclusão do TPI (Tribunal Penal Internacional) como uma forma de reforçar o povo líbio como objeto referencial, por suas demandas legítimas de proteção judicial. Ao destacar o TPI, o CSONU demonstra, ao menos retoricamente, um desejo de que a situação seja preferencialmente solucionada por meios jurídicos ao invés do uso da força.

O trecho abaixo inclui os refugiados e os trabalhadores estrangeiros, para mais uma vez obter o reconhecimento da comunidade internacional da importância de proteção dos indivíduos. Além disso, ao fazer referência aos mercenários diretamente ligados às autoridades líbias, mais uma vez é colocada em evidência a ameaça existencial.

Considering that the establishment of a ban on all flights in the airspace of the Libyan Arab Jamahiriya constitute an important element for the protection of civilians as well as the safety of the delivery of humanitarian assistance and a decisive step for the cessation of hostilities in Libya,

Expressing concern also for the safety of foreign nationals and their rights in the Libyan Arab Jamahiriya,

Welcoming the appointment by the Secretary General of his Special Envoy to Libya, Mr. Abdel-Elah Mohamed Al-Khatib and supporting his efforts to find a sustainable and peaceful solution to the crisis in the Libyan Arab Jamahiriya,

Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of the Libyan Arab Jamahiriya,

Determining that the situation in the Libyan Arab Jamahiriya continues to constitute a threat to international peace and security,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, [...] ¹⁷ (UN Doc. S/RES/1973 (2011)).

¹⁶ “Recordando a sua decisão de encaminhar a situação na Jamahiriya Árabe da Líbia desde 15 de fevereiro de 2011 ao Procurador do Tribunal Penal Internacional, e salientando que os responsáveis ou cúmplices de ataques visando a população civil, incluindo ataques aéreos e navais, devem ser realizados para conta, [...]”

Reiterando a sua preocupação com a situação dos refugiados e dos trabalhadores estrangeiros obrigados a fugir da violência na Jamahiriya Árabe da Líbia, acolhendo favoravelmente a resposta dos Estados vizinhos, em particular a Tunísia e o Egito, para responder às necessidades desses refugiados e trabalhadores estrangeiros e apelando à comunidade internacional para apoiar esses esforços, [...]

Lastimando o uso contínuo de mercenários pelas autoridades da Líbia, [...]” (UN Doc. S/RES/1973 (2011), tradução nossa).

¹⁷ “Considerando que o estabelecimento de uma proibição de todos os voos no espaço aéreo da Jamahiriya Árabe da Líbia constitui um elemento importante para a proteção dos civis, bem como a segurança da prestação de assistência humanitária e um passo decisivo para a cessação das hostilidades na Líbia, Expressando preocupação também pela segurança dos estrangeiros e seus direitos na Jamahiriya Árabe da Líbia,

A ênfase dada na importância do estabelecimento de uma ZPV aparece novamente nas proposições da Resolução, destacando a urgência de proteção dos civis e da concessão de assistência humanitária perante o contexto de crise e emergência. O ator securitizador mais uma vez deixa evidente questões que possibilitem legitimar contra-medidas. O objeto referencial é o que está em xeque, e isso fica evidente no destaque da importância de proteger a população civil, oferecer auxílios e finalizar as hostilidades. A ameaça existencial é definida como os voos, fazendo referência às forças aéreas líbias comandadas pelas autoridades.

Os trechos fazem referência também ao uso da força como último instrumento, pois a preferência deve ser por meios pacíficos e diplomáticos. Da maneira que está formulado, fica implícito que as soluções pacíficas são, de alguma forma, insuficientes para lidar com a gravidade da situação, apresentando um grande contraste com o uso da força. Além disso, ao citar o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o empoderamento e autoridade máxima se tornam legítimos e todo e qualquer poder fica concentrado nas mãos dos formuladores da Resolução (NORELIUS, 2014).

3.4 Considerações parciais

O processo de securitização do caso líbio demonstra que o comportamento das organizações multilaterais é influenciado pela esfera doméstica e pela regional, mas também assume atuações próprias. O resultado, institucionalizado pela aprovação da Resolução 1973 do CSONU, utilizou-se de esforços de securitização que ocorreram dentro do Estado líbio, bem como de um esforço muito importante no plano regional, dado pelo papel da Liga Árabe como catalisadora do processo.

Tendo em vista esses aspectos, a OPU foi justificada sob alegações que apresentavam o povo líbio como ameaçados existencialmente pela crise, demandando que medidas

Congratulando-se com a nomeação do Secretário-Geral de seu Enviado Especial para a Líbia, o Sr. Abdel-Elah Mohamed Al-Khatib e apoiando seus esforços para encontrar uma solução sustentável e pacífica para a crise na Jamahiriya Árabe da Líbia,
Reafirmando o seu forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional da Jamahiriya Árabe da Líbia,
Determinando que a situação na Jamahiriya Árabe da Líbia continua a constituir uma ameaça para a paz e a segurança internacionais,
Em conformidade com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, [...]” (UN Doc. S/RES/1973 (2011), tradução nossa).

emergenciais fossem tomadas rapidamente. O movimento de securitização foi dado pelos atos de fala expressos pelo ator securitizador (CSONU), os quais permitiram que a questão líbia fosse manipulada de forma a legitimar ações e justificar a OPU.

A população civil líbia foi definida como o objeto referencial ameaçado pelas autoridades líbias, bem como os estrangeiros, os aspectos humanitários e a segurança e paz internacionais. Os trechos fizeram referência à violência, ao comportamento arbitrário das autoridades e às violações aos direitos humanos, clamando pela urgente necessidade de proteção e de encerramento das hostilidades.

O ator securitizador tenta ganhar apoio a todo instante, aproximando-se de audiências locais a fim de ganhar suporte moral. Também é percebida a ênfase em organizações internacionais e locais, citando entidades que já apoiavam o projeto na tentativa de encorajar novas audiências a fazerem o mesmo. Além disso, o interesse das potências do Conselho de Segurança na derrubada de Kadafi fazia-se muito evidente, algo que não ocorre no caso sírio. Como conclusão, o caso líbio foi securitizado com sucesso, pois houve o convencimento da audiência acerca da urgência da adoção de medidas excepcionais.

4 O Caso Sírio

O segundo estudo de caso investigado nesta pesquisa é o conflito sírio. Também compreendido como um dos levantes da Primavera Árabe, o caso em questão tomou grandes proporções devido à complexidade e ao número de atores e interesses envolvidos. Diferentemente do desfecho líbio, as hostilidades seguem até os dias atuais sem a formalização de resoluções pelo CSONU, responsáveis por deliberar a intervenção militar.

Os protestos têm origens em duas causas principais. Primeiramente, as reformas econômicas promovidas pelo presidente sírio, Bashar Al-Assad, as quais visavam promover estabilização econômica e um fortalecimento do setor privado, mas que por fim acabaram acarretando em aumento do desemprego e da concentração de renda, tiveram um peso significativo para a eclosão das revoltas. Em segundo lugar, a repressão política, juntamente com os problemas econômicos, provocou protestos contra a corrupção e pela falta de infraestrutura adequada para o exercício dos direitos da população. Com o início das manifestações de violência, os eventos seguintes foram aos poucos assumindo dimensões maiores e níveis diferentes de confronto (BERZINS, 2013).

Portanto, um evento iniciado como uma série de protestos civis pacíficos inspirados pelos acontecimentos anteriores na Tunísia e no Egito aos poucos recaiu em um complexo conflito civil influenciado por intervenções externas. A configuração síria faz-se muito complexa devido à presença de uma oposição muito fragmentada, apresentando uma falta de coesão em interesses e ações, bem como a influência de países *veto players* fundamentais na decisão do encaminhamento do conflito. Além disso, há os demais atores externos, que através das intervenções indiretas contribuem para manter as hostilidades em ebulição (POMEPS, 2013).

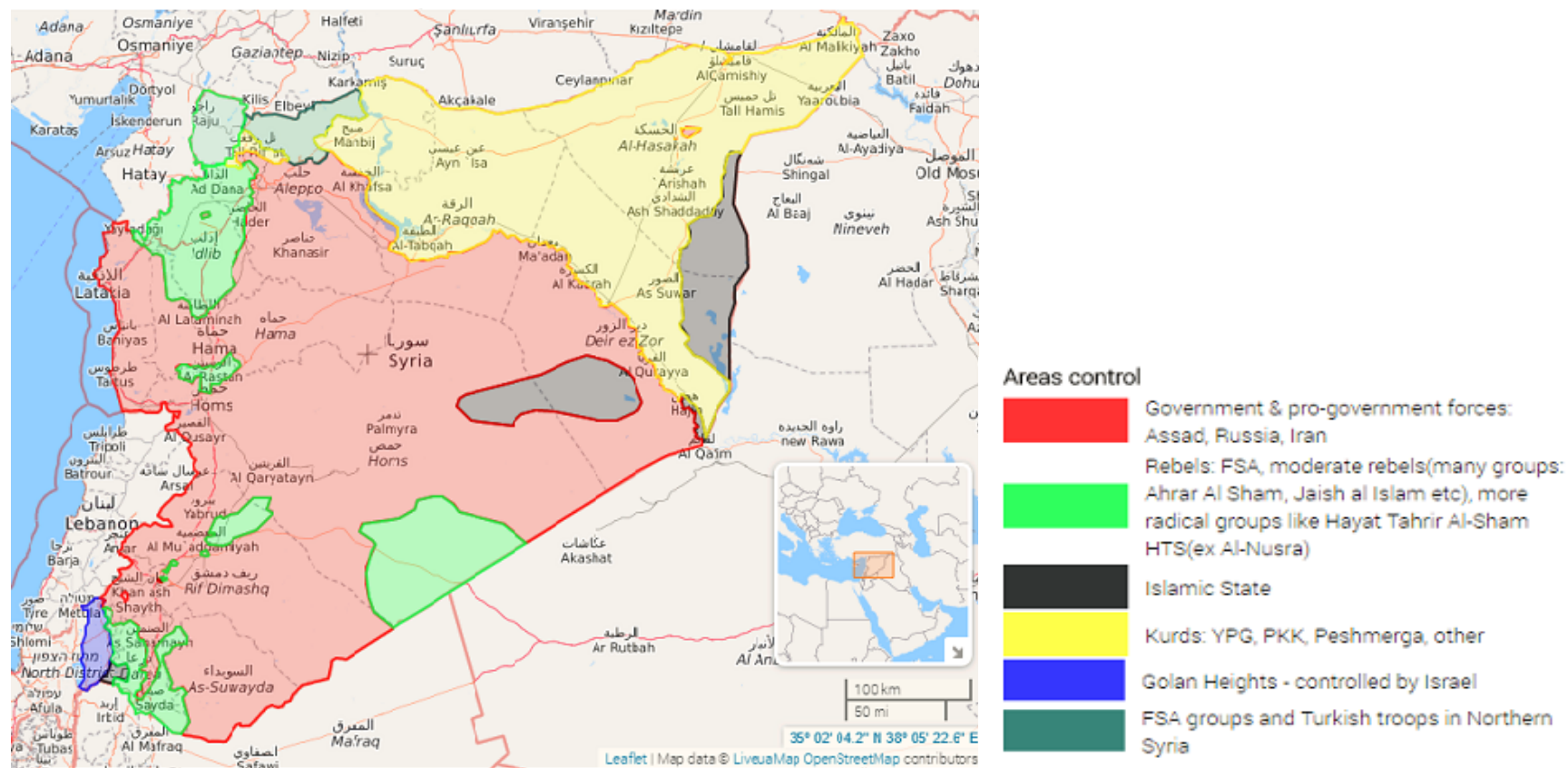
Primeiramente, antes de realizar a identificação das forças que são pró e contra o regime, é preciso compreender um pouco sobre a demografia síria. Dos 17 milhões de habitantes (abril/2018), 90% são árabes, 9% curdos e 1% representam pequenas minorias de armênios, circassianos e turcos. Sobre a orientação religiosa, mais de 70% são muçulmanos sunitas, 12% são alauitas, 4% são drusos, e uma pequena minoria ismaelita que se origina do ramo xiita da religião islâmica. Cerca de 10% da população síria é cristã. O atual regime de Bashar Al-Assad é vinculado ao grupo religioso alauita, ou seja, a maioria da população não se engloba neste segmento, sendo um dos aspectos de conflito (DOCKAL, 2012).

Sobre a divisão de forças, as partes interessadas que são pró-regime concentram-se na própria família Assad e no partido Baath¹⁸, nas instituições de segurança, nas Forças Armadas Sírias (SAF), grupos paramilitares sírios, elites socioeconômicas e minorias religiosas. Já as forças que são pró-oposição estão identificadas nas instituições de oposição, como a Coalizão Nacional para a Oposição e Forças Revolucionárias (NC) e o Supremo Conselho Militar para o Exército Sírio Livre (SMC), nas instituições civis locais, como os Conselhos Locais e Organizações da Sociedade Civil, e nos grupos de oposição armada, como o Exército Sírio Livre (FSA). Além desses atores, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIL), e os atores político-militares curdos também são partes importantes no nível local. A respeito dos agentes internacionais, os apoiadores do regime são: Rússia, Irã, o Hezbollah¹⁹, e outras milícias não-sírias. Os que apoiam a oposição síria são: os Estados Unidos, Arábia Saudita, Turquia e Jordânia (ARK, 2016). O mapa a seguir ilustra a divisão de forças e controle do território atualmente na Síria:

¹⁸ O Partido Baath da Síria surgiu de uma fragmentação no Partido Baath em fevereiro de 1966. O partido lidera o governo na Síria continuamente desde o golpe de Estado de 1963 que trouxe os baathistas ao poder.

¹⁹ É uma organização com atuação política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita. Atualmente é o grupo mais forte e mais atuante do bloco de oposição pró-regime sírio dentro do Líbano.

Figura 2 - Representação da divisão do controle sobre o território sírio



Fonte: LIVEUAMAP, 2018.

O entendimento sobre “quem apoia quem” no tabuleiro de forças sírias é muito importante para o objetivo central deste capítulo, ou seja, compreender como o caso sírio segue sem ser securitizado com sucesso pelo CSONU, partindo da premissa que a securitização bem-sucedida é visualizada por meio da aprovação da intervenção militar via resoluções formais no âmbito do CSONU.

Ao observar o número de documentos para a Síria, é possível perceber uma quantidade muito menor de resoluções se comparado ao caso líbio. O caso não foi tratado formalmente pelo CSONU, demonstrando que muitos atores ainda são reticentes a reconhecê-lo como uma ameaça existencial à comunidade internacional. Sendo assim, o caso segue em aberto, permitindo à sociedade acompanhar as convulsões diárias do conflito veiculadas pela mídia, a qual cumpre muito bem com seu papel de securitizadora visual, porém, o poder de decisão sobre o processo está somente nas mãos dos membros do CSONU.

À luz dessa conjuntura, o objetivo deste capítulo foi compreender os processos que instigaram a securitização do caso sírio, porém ainda sem sucesso. Para isso, foram apresentados um encadeamento de fatores que representam entraves na securitização bem-sucedida. Na primeira parte do capítulo, tratou-se dos esforços de securitização no plano local, demonstrando a participação das forças anti-regime nas articulações a nível doméstico. Em seguida, após a compreensão dos rebeldes sírios como atores securitizadores, a análise voltou-se para a investigação dos atores regionais na tentativa de entender a caracterização do conflito como um problema regional e não como uma questão pertencente à esfera global de segurança. Já na terceira parte do capítulo, a nível global, o ponto chave foi a investigação de três propostas de resoluções do CSONU no tocante ao possível uso do R2P para o caso sírio, demonstrando que a comunidade internacional, como um todo, não se posiciona favoravelmente à deliberação acerca da intervenção militar, pois não há o reconhecimento por toda a audiência (CSONU) de que o caso sírio representa uma ameaça existencial e demanda medidas extraordinárias.

4.1 O nível local: os rebeldes sírios como atores securitizadores

Ao observar o nível doméstico, é possível perceber que as forças anti-regime apresentam um nível de coesão bem baixo, ou seja, a fragmentação de atores e visões sobre o conflito colabora para a continuação das hostilidades. Em suma, há três principais coalizões de oposição. Primeiramente, o Conselho Nacional Sírio (SNC), criado na Turquia em outubro de 2011 por ativistas exiliados, é predominantemente composto por sunitas. O SNC representa um ponto de

contato com a comunidade internacional e apoia que seja realizada uma intervenção militar. Em segundo lugar, o Órgão Nacional de Coordenação para a Mudança Democrática (NCB), bloco que contém a oposição síria e dissidentes. Ao contrário do SNC, o NCB demonstra disposição para negociar com o regime de Assad, é contra a intervenção militar e se comunica amigavelmente com os russos. Em terceiro lugar, o Exército Sírio Livre (FSA), formado pelos soldados sunitas que foram negados do exército sírio quando os levantes começaram. O FSA e o SNC cooperam em algumas questões (DOCKAL, 2012).

Como resultado desses aspectos, o conflito segue com suas disparidades. Os rebeldes lutam mais entre si mesmos do que contra o regime, demonstrando grande heterogeneidade e fuga dos propósitos centrais. Embora ambos os grupos de oposição almejem a mudança de regime, a confiança entre esses grupos é algo inexistente, visto que há constantemente o receio de que o grupo rival é quem de fato terá suas demandas atendidas (DOCKAL, 2012).

O suporte externo às partes do conflito permitiu a configuração do caso como uma “guerra por procuração” (ASSEBURG; WIMMEN, 2012), na qual podem ser identificados conflitos internacionais, regionais e subnacionais. A grande questão é que os atores encaram o conflito como um jogo de soma-zero, em que necessariamente um dos lados deve perder para o outro alcançar o que deseja, excluindo chances de negociações. Diante da situação de crise econômica, a oferta de auxílios materiais externos se torna muito bem-vinda, facilitando que os interventores externos ganhem apoio e influência de novos grupos dentro do território. Esses recursos empoderam os *players* locais, mas os tornam dependentes dos interesses e agendas dos agentes externos (POMEPS, 2013).

Os rebeldes não demandam mudanças nas políticas do regime de Assad, mas sim almejam o poder político em sua totalidade ou em partes. Os esforços podem ser observados pelos atos de violência, pois dessa maneira provocam impactos e, consequentemente, uma maior visualização de seus anseios. Na visão deles, se cessarem as lutas e realizarem alguma medida de desmobilização e desarmamento, o governo continuará negando as concessões políticas, visto que não haverá mais o combustível responsável por impactar e sinalizar a busca de mudanças (POMEPS, 2013).

Portanto, os *players* locais consideram o conflito como uma ameaça existencial. Os esforços de securitização a nível local podem ser vistos quando a violência é encarada como uma motivação política, a fim de criar efeitos psicológicos. Os rebeldes buscam angariar apoio produzindo terror para obterem objetivos políticos. Além disso, visualizam o conflito como um enfrentamento em que um dos lados irá vencer e o outro irá desaparecer da História (BERZINS, 2013), por isso a importância de causar impactos e conseguir novos apoiadores para a causa.

Em suma, o que pode ser percebido no caso sírio é uma grande falta de coesão entre as forças anti-regime, o que os tornam ainda mais vulneráveis às interferências externas e acirra a rivalidade entre eles mesmos. Dessa forma, o canal de comunicação fica muito prejudicado por encararem seus papéis no conflito como um jogo de soma-zero, descartando vias pacíficas de resolução. Sendo assim, o heterogêneo grupo representado pelos rebeldes sinaliza seus esforços de securitização tentando apresentar o regime como uma ameaça existencial, apelando para ações de violência, protestos e manifestações diversas, porém não ganha credibilidade da comunidade internacional como um todo, tendo em vista que esta posiciona-se dividida entre os apoiadores de regime e os apoiadores das causas dos rebeldes.

4.2 O nível regional: a caracterização do conflito como um problema da região

Após a análise sobre o papel dos agentes internos nos esforços de securitização do caso sírio, a investigação se estendeu para o plano regional, na tentativa de compreender quem são os atores regionais envolvidos no caso e como eles atuam no processo de securitização. Nesta parte do capítulo, será destacado o envolvimento do mundo árabe no conflito, em especial o papel da Liga Árabe e a divisão de forças dos vizinhos da Síria - Turquia, Catar e Arábia Saudita, os quais oferecem suporte aos rebeldes, enquanto que Irã, Iraque e Líbano amparam o governo (FURTADO et al., 2014).

O objetivo foi, portanto, demonstrar que a caracterização do conflito como um problema regional dificulta as tentativas do ocidente de transferir a questão para a esfera global de segurança. A Síria está localizada em uma zona com um balanço de poder muito mais complexo se comparado ao caso líbio, além de uma grande heterogeneidade de questões étnicas e religiosas, o que causa o temor do efeito *spillover* da situação para os vizinhos.

Ao levar em consideração o papel da Liga Árabe, sabe-se que a organização suspendeu a participação síria desde novembro de 2011, impôs sanções econômicas e concentrou esforços para encontrar saídas ao conflito. A Liga também apoiou resoluções no âmbito do CSONU, porém houve barreiras por parte de Rússia e China. Em janeiro de 2012, a Liga Árabe apresentou uma proposta de reforma política para o país, a qual propunha transferir o poder para o vice de Assad e negociar com as forças anti-regime, mas esta foi rejeitada pelo governo sírio (DOCKAL, 2012).

Tal como no grupo representado pelos rebeldes, é possível perceber que as forças regionais também não possuem coesão. Parte dos países vizinhos apoiam o governo e parte deles são anti-regime. O que pode ser visualizado, portanto, são dois movimentos de

securitização: Turquia, Catar e Arábia Saudita são atores securitizadores que tentam apresentar o regime de Assad como uma ameaça existencial; porém, Irã, Iraque e Líbano apresentam as forças anti-regime como ameaças existenciais à situação síria. Ambos os movimentos seguem convivendo em choque até os dias atuais, como fruto da complexa configuração de poder, interesses e demandas sobre a questão.

A questão encontra-se, portanto, compreendida como uma causa regional, tendo em vista que o presidente sírio apresentou a revolução como “uma trama tentando fragmentar a Síria e a região. Ele se referiu à fragmentação como cruel, desonesta e pediu que seus oponentes fossem responsabilizados por suas ofensas” (SANA, 2011 *apud* TROCK, 2013, p. 3). O embaixador russo nas Nações Unidas, Vitaly Churkin, explicou que as razões russas em vetar as propostas se referem ao princípio da soberania e da não-interferência. Ademais, citando a Líbia como exemplo, lembrou o temor de uma instabilidade regional e do terrorismo. Para além, Churkin citou que uma investida ocidental poderia desencadear um conflito de pleno direito na Síria e desestabilizar a região como um todo, enfatizando o argumento de Assad de que as ações afetarão os países vizinhos à Síria e isso refletirá nos demais países da comunidade internacional (UN Security Council 2011 *apud* TROCK, 2013). Ambos os discursos caracterizaram a revolução como um problema regional e condenaram a ilegalidade dos métodos usados pela oposição, demonstrando um esforço de securitização favorável ao governo.

Dessa forma, é possível perceber que os aspectos regionais possuem um grande peso em relação aos principais apontamentos sobre o conflito, causando dificuldades para o ocidente efetivamente convencer a comunidade internacional de que o caso representa uma ameaça existencial à segurança e paz internacionais, demandando medidas extraordinárias que causem efeitos nas relações interunitárias pela quebra de regras. É possível perceber duas forças contrárias manifestando esforços de securitização, porém são as forças pró-regime que seguem levando vantagem no processo.

4.3 O nível global: as propostas de resoluções do CSONU no tocante ao possível uso do R2P

Nesta seção do capítulo, serão abordados alguns dos esforços dos atores internacionais a nível global na tentativa de securitizar o processo por meio da aprovação de uma resolução formal no âmbito do CSONU. Foram escolhidas para a investigação três propostas de resoluções relativas à aplicação do R2P e que foram vetadas em 2011 e 2012: proposta S/2011/612, proposta S/2012/77 e proposta S/2012/538. Serão expostos trechos dos preâmbulos

dessas resoluções que permitem identificar os esforços de securitização por parte dos membros do CSONU.

O que pôde ser observado no caso sírio foi que Assad convenceu a Rússia de que as revoltas representavam uma ameaça, permitindo operar de maneira que, em outra situação, receberia uma resolução do CSONU acordando pelo uso do R2P. Houve o convencimento de que a intervenção militar representa um problema. Perante a experiência ocorrida no Iraque e na Líbia, Assad apresentou a intervenção ocidental como algo que acarretou em altos custos políticos, econômicos e sociais. Além disso:

Uma intervenção militar estrangeira na Síria pode ajudar a acabar com a violência, mas também pode trazer vários problemas. Com a experiência de outros países da região e o caráter sectário do conflito, é difícil definir um cronograma para tal operação. É possível que a intervenção militar na Síria possa se transformar em outra missão de longo prazo, como a do Iraque, com custos extremamente altos. Além disso, como já mencionado, tal intervenção pode incitar a Rússia, a China, o Irã e possivelmente outros países. Algumas relações dentro da comunidade internacional já são frágeis e a possível intervenção estrangeira na Síria pode quebrar ainda mais o status quo instável, em particular no que diz respeito à anteriores intervenções fortemente criticadas no Afeganistão e na Líbia.

Além disso, os objetivos políticos da oposição desunida são muito incertos. É difícil prever novos desenvolvimentos no país, resultando em uma possível queda do regime de Assad. Existe um grande risco do número de extremistas aumentar. Os estoques existentes de armas químicas na Síria também podem contribuir para a imprevisibilidade da situação (DOCKAL, 2012, p. 11, tradução nossa).

Conforme elucidado pelo autor em 2012, percebe-se que as previsões se concretizaram, pois, o impasse na questão síria atrelado à complexa configuração de forças regionais e globais provocam a imprevisibilidade quanto aos rumos do conflito. Mesmo que a intervenção militar não tenha sido acordada, as interferências externas, tal como o ataque ocidental a alvos que continham armas químicas sírias realizado em 13 de abril de 2018, demonstra a fragilidade das relações da comunidade internacional em relação a essa temática e um novo acirramento das rivalidades entre as forças anti e pró-regime.

4.3.1 Projeto de Resolução S/2011/612

O projeto de Resolução S/2011/612 representa a primeira tentativa proposta por França, Alemanha, Portugal e Reino Unido em 4 de outubro de 2011, porém vetada por China e Rússia. Brasil, Índia, Líbano e África do Sul se abstiveram da votação. O posicionamento de China e Rússia foram decisivos para a proposta de resolução falhar no CSONU. Além disso, o

significativo número de abstenções sinaliza que muitos dos membros estavam incertos sobre as vantagens da aplicabilidade do R2P nessa questão (TROCK, 2013).

Ao analisar os trechos do preâmbulo da proposta de Resolução, pode-se observar que os membros propositores tentaram apresentar a situação síria como de extrema urgência e prejudicial aos direitos humanos, demandando punir os responsáveis por essas violações. Além disso, a proposta por diversas vezes se direciona diretamente ao governo sírio, requerendo que as autoridades cumpram com o compromisso de realizar reformas a fim de reduzir a violência e solucionar a crise pacificamente. Os trechos também apontam que a melhor forma para a resolução dos impasses sírios é por meio de um processo político que inclua a população e os permita participar das decisões exercendo seus direitos de liberdade de expressão sem se sentirem reprimidos:

Expressing grave concern at the situation in Syria,
 Recalling its Presidential Statement of 3 August,
 Welcoming the Secretary-General's statements articulating continued concerns about the **ongoing violence and humanitarian needs**, calling on the Syrian Government to halt its violent offensive at once, calling for an independent **investigation of all human rights violations** during recent demonstrations, and stressing the need to hold to account those responsible for human rights violations,
 Noting Human Rights Council's report of its 17th Special session (A/HRC/S-17/1), including the decision to dispatch an independent international commission of inquiry to investigate all alleged violations of international human rights law since March 2011 in Syria,
 Recalling the Syrian Government's primary **responsibility to protect its population**, and the Secretary-General's call for the Syrian Government to allow unhindered and sustained access for humanitarian aid and humanitarian organizations, welcoming OCHA's humanitarian assessment mission and urging the Syrian authorities to cooperate comprehensively with the United Nations,
 Stressing that the only solution to the current crisis in Syria is through an inclusive and Syrian-led political process with the aim of effectively addressing the legitimate aspirations and concerns of the population which will allow the **full exercise of fundamental freedoms for its entire population, including of the rights of freedom of expression, assembly and peaceful protest, and further stressing that such a political process can only be advanced through an environment free from any sort of violence, fear and intimidation**,
 Noting the announced commitments by the Syrian authorities to reform, and regretting the lack of progress in implementation,
 Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, territorial integrity and national unity of Syria,
 Deeply concerned by the continuing deterioration of the situation in Syria and the potential for further escalation of the violence, and reaffirming the need to resolve the current crisis in Syria peacefully, [...] ²⁰ (UN Doc. S/RES/612 (2011), grifo nosso).

²⁰ “Expressando grande preocupação com a situação na Síria, Recordando sua Declaração Presidencial de 3 de agosto, Acolhendo as declarações do Secretário-Geral articulando preocupações contínuas sobre a violência e as necessidades humanitárias atuais, pedindo ao governo sírio que suspenda imediatamente sua violenta ofensiva, pedindo uma investigação independente de todas as violações de direitos humanos durante as recentes manifestações, e enfatizando a necessidade de condenar os responsáveis por violações dos direitos humanos,

A proposta também inclui e agradece os esforços da Secretaria Geral, da Liga Árabe, e dos outros Estados que se posicionam de maneira a condenar as violações de direitos humanos e o uso da força contra os civis pelas autoridades sírias. Isso demonstra a tentativa dos membros propositores da Resolução de empoderar audiências que possam conferir capital social às demandas propostas por eles. Além disso, para ressaltar a ameaça que o governo sírio representa, os membros propositores apresentam preocupações com o grande número de mortes, incluindo mulheres e crianças, e apontam o fim da violência como uma demanda de extrema urgência.

O livre exercício das liberdades individuais e dos direitos humanos são constantemente apresentados pelos propositores como as variáveis ameaçadas pelo governo sírio. O regime sírio é a ameaça existencial e os membros propositores se comportam como atores securitizadores que buscam o fim do uso da força contra os civis:

Welcoming the engagement of the Secretary-General and the League of Arab States, and all other diplomatic efforts aimed at addressing this situation, including those of Turkey, Russia, Brazil, India, South Africa, and regretting the lack of a substantive response by the Syrian authorities to these demands,

1. Strongly **condemns the continued grave and systematic human rights violations and the use of force against civilians by the Syrian authorities** and expresses profound regret at the deaths of thousands of people including women and children;
2. Demands an **immediate end to all violence** and urges all sides to reject violence and extremism;
3. Recalls that those responsible for all violence and human rights violations should be held accountable;
4. Demands that the Syrian authorities immediately:

Observando o relatório do Conselho de Direitos Humanos de sua 17ª sessão especial (A / HRC / S-17/1), incluindo a decisão de despachar uma comissão internacional independente de inquérito para investigar todas as supostas violações da Lei Internacional de Direitos Humanos desde março de 2011 na Síria,

Lembrando a principal responsabilidade do governo sírio de proteger sua população e o apelo do Secretário-Geral para que o governo sírio permita o acesso irrestrito e sustentado de ajuda humanitária e organizações humanitárias, saudando a missão de avaliação humanitária do OCHA e instando as autoridades sírias a cooperar de forma abrangente com as Nações Unidas,

Salientando que a única solução para a atual crise na Síria é através de um processo político inclusivo e liderado pela Síria com o objetivo de abordar efetivamente as legítimas aspirações e preocupações da população que permitirão o pleno exercício das liberdades fundamentais para toda a sua população, inclusive dos direitos de liberdade de expressão, reunião e protesto pacífico, e salientando ainda que tal processo político só pode ser avançado através de um ambiente livre de qualquer tipo de violência, medo e intimidação,

Observando os compromissos anunciados pelas autoridades sírias de reformar e lamentando a falta de progresso na implementação,

Reafirmando seu forte compromisso com a soberania, independência, integridade territorial e unidade nacional da Síria,

Profundamente preocupado com a contínua deterioração da situação na Síria e com o potencial para uma nova escalada da violência, e reafirmando a necessidade de resolver pacificamente a atual crise na Síria, [...]” (UN Doc. S/RES/612 (2011), tradução nossa).

- (a) **cease violations of human rights**, comply with their obligations under applicable international law, and cooperate fully with the office of the High Commissioner for Human Rights;
 - (b) **allow the full exercise of human rights and fundamental freedoms by its entire population, including rights of freedom of expression and peaceful assembly**, release all political prisoners and detained peaceful demonstrators, and lift restrictions on all forms of media;
 - (c) cease the use of force against civilians;
 - (d) alleviate the humanitarian situation in crisis areas, including by allowing expeditious, unhindered and sustained access for internationally recognized human rights monitors, humanitarian agencies and workers, and restoring basic services including access to hospitals;
 - (e) ensure the safe and voluntary return of those who have fled the violence to their homes;
5. Calls for an **inclusive Syrian-led political process conducted in an environment free from violence, fear, intimidation, and extremism, and aimed at effectively addressing the legitimate aspirations and concerns of Syria's population, and encourages the Syrian opposition and all sections of Syrian society to contribute to such a process**; [...] ²¹ (UN Doc. S/RES/612 (2011), grifo nosso).

4.3.2 Projeto de Resolução S/2012/77

A segunda proposta de Resolução para o caso sírio investigada neste trabalho é a S/2012/77, datada de 4 de fevereiro de 2012. Essa tentativa foi apresentada por 19 países: Bahrein, Colômbia, Egito, França, Alemanha, Jordânia, Kuwait, Líbia, Marrocos, Omã, Portugal, Catar, Arábia Saudita, Togo, Tunísia, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos, sendo possível afirmar que o movimento de securitização dado pela Resolução S/2011/612 alcançou o convencimento de mais uma parcela da audiência.

²¹ “Acolhendo com satisfação o empenho do Secretário-Geral e da Liga dos Estados Árabes e todos os outros esforços diplomáticos destinados a tratar dessa situação, incluindo os da Turquia, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, e lamentando a falta de uma resposta substantiva por parte das autoridades sírias a estas exigências, 1. Condena veementemente as persistentes e graves violações dos direitos humanos e o uso da força contra civis pelas autoridades sírias, e lamenta profundamente a morte de milhares de pessoas, incluindo mulheres e crianças; 2. Exige o fim imediato de toda a violência e insta todos os lados a rejeitar a violência e o extremismo; 3. Recorda que os responsáveis por toda a violência e violações dos direitos humanos devem ser responsabilizados; 4. Exige que as autoridades sírias imediatamente: (a) cessem as violações dos direitos humanos, cumpram suas obrigações sob o direito internacional aplicável e cooperem plenamente com o Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos; (b) permitam o pleno exercício dos direitos humanos e liberdades fundamentais por toda a sua população, inclusive os direitos de liberdade de expressão e reunião pacífica, libertem todos os presos políticos e manifestantes pacíficos detidos, e suspendam as restrições a todas as formas de mídia; (c) cessem o uso da força contra civis; (d) aliviem a situação humanitária em áreas de crise, inclusive permitindo acesso rápido, desimpedido e sustentado a monitores de direitos humanos, agências humanitárias e trabalhadores reconhecidos internacionalmente, e restaurem serviços básicos, incluindo o acesso a hospitais; (e) assegurem o retorno seguro e voluntário daqueles que fugiram da violência para suas casas; 5. Apela a um processo político inclusivo liderado pela Síria, conduzido num ambiente sem violência, medo, intimidação e extremismo, e destinado a responder eficazmente às legítimas aspirações e preocupações da população síria, e encoraja a oposição síria e todas as seções da sociedade síria a contribuir para esse processo; [...]” (UN Doc. S/RES/612 (2011), tradução nossa).

Novamente, houve o veto de China e Rússia, enquanto que os outros membros do CSONU foram a favor.

Assad concedeu entrevistas à mídia russa e norte-americana, caracterizando a oposição como “um terremoto em potencial para a região, uma interferência estrangeira, dividida, terroristas, usando armas israelenses, uma conspiração externa, financiada por países estrangeiros, armados” (SANA, 2011; *apud* TROCK, 2013, p. 4). Os pronunciamentos do presidente sírio foram cruciais na apresentação dos rebeldes como uma ameaça, de forma que o processo de securitização pudesse caminhar favoravelmente ao governo.

Os principais trechos que permitem visualizar os esforços de securitização por parte desses 19 membros serão discutidos a seguir, demonstrando um reforço sobre questões humanitárias, liberdades individuais, direitos humanos e o fim da violência em território sírio. A Liga Árabe é lembrada e elogiada pelo suporte prestado através da missão de observação. Novamente, o compromisso das autoridades sírias de realizar reformas e não o cumprir é lembrado, além do destaque do impacto da estabilidade síria para a região como um todo:

[...] Noting the League of Arab States’ request in its decision of 22 January 2012, Expressing grave concern at the deterioration of the situation in Syria, and **profound concern at the death of thousands of people and calling for an immediate end to all violence**,
Welcoming the League of Arab States’ Action Plan of 2 November 2011 and its subsequent decisions, including its decision of 22 January 2012, which aims to achieve a peaceful resolution of the crisis,
Noting **the deployment of the League of Arab States’ observer mission**, commending its efforts, regretting that, due to the escalation in violence, the observer mission was not in a position to monitor the full implementation of the League of Arab States’ Action Plan of 2 November 2011, and noting the subsequent decision of the League of Arab states to suspend the mission,
Underscoring the importance of ensuring the voluntary return of refugees and internally displaced persons to their homes in safety and with dignity,
Mindful that **stability in Syria is key to peace and stability in the region**,
Noting the announced **commitments by the Syrian authorities to reform, and regretting the lack of progress in implementation**,
Reaffirming its strong commitment to the sovereignty, independence, unity and territorial integrity of Syria, emphasizing its intention to resolve the current political crisis in Syria peacefully, and noting that nothing in this resolution authorizes measures under Article 42 of the Charter, [...] ²² (UN Doc. S/RES/77 (2012), grifo nosso).

²² “Observando o pedido da Liga dos Estados Árabes na sua decisão de 22 de janeiro de 2012, Expressando grande preocupação com a deterioração da situação na Síria, e profunda preocupação com a morte de milhares de pessoas e pedindo o fim imediato de toda a violência, Congratulando-se com o Plano de Ação da Liga dos Estados Árabes de 2 de novembro de 2011 e suas decisões subsequentes, incluindo a sua decisão de 22 de janeiro de 2012, que visa alcançar uma resolução pacífica da crise, Observando a implantação da missão de observação da Liga dos Estados Árabes, louvando os seus esforços, lamentando que, devido à escalada da violência, a missão de observação não estava em condições de acompanhar a plena implementação do Plano de Ação da Liga dos Estados Árabes, de 2 de novembro de 2011, e registrando a subsequente decisão da Liga dos Estados Árabes para suspender a missão,

Mais uma vez, na proposta de Resolução, a importância da proteção aos direitos humanos e das liberdades individuais são ressaltados, como uma forma de convencer a audiência sobre a gravidade da situação, visto que esses fatores representam direitos básicos e universais, e violá-los demonstra uma ameaça, sem dúvidas quanto à urgência a ser combatida:

[...] 1. Condemns the continued widespread and gross violations of human rights and fundamental freedoms by the Syrian authorities, such as the use of force against civilians, arbitrary executions, killing and persecution of protesters and members of the media, arbitrary detention, enforced disappearances, interference with access to medical treatment, torture, sexual violence, and ill-treatment, including against children; [...]

3. Condemns all violence, irrespective of where it comes from, and in this regard demands that all parties in Syria, including armed groups, immediately stop all violence or reprisals, including attacks against State institutions, in accordance with the League of Arab States' initiative;

4. Recalls that all those responsible for human rights violations, including acts of violence, must be held accountable; [...] ²³ (UN Doc. S/RES/77 (2012)).

Por fim, a Liga Árabe é novamente lembrada e encorajada a continuar com o suporte oferecido às partes interessadas no caso sírio. Os membros propositores, mais uma vez, dirigem às autoridades sírias o pedido de cooperação com os órgãos responsáveis pelas questões relacionadas aos direitos humanos, que concedam livre passagem dessas instituições em território sírio e ofereçam auxílios humanitários àqueles que necessitam:

[...] 8. Encourages the League of Arab States to continue its efforts in cooperation with all Syrian stakeholders; [...]

11. Demands that the Syrian authorities cooperate fully with the Office of the High Commissioner for Human Rights and with the Commission of Inquiry dispatched by

Ressaltando a importância de assegurar o retorno voluntário de refugiados e pessoas internamente deslocadas para suas casas em segurança e com dignidade,
Conscientes de que a estabilidade na Síria é fundamental para a paz e a estabilidade na região,
Observando os compromissos anunciados pelas autoridades sírias de realizar reformas, e lamentando a falta de progressos na implementação,
Reafirmando seu forte compromisso com a soberania, independência, unidade e integridade territorial da Síria, enfatizando sua intenção de resolver as atuais crises na Síria pacificamente, e observando que nada nesta resolução autoriza medidas previstas no artigo 42.º da Carta, [...]” (UN Doc. S/RES/77 (2012), tradução nossa).

²³ “[...] 1. Condena as contínuas e generalizadas violações dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por parte das autoridades sírias, como o uso da força contra civis, execuções arbitrárias, assassinatos e perseguições de manifestantes e membros dos meios de comunicação, detenções arbitrárias, desaparecimentos forçados, interferência no acesso a tratamento médico, tortura, violência sexual e maus-tratos, inclusive contra crianças; [...] 3. Condena toda a violência, independentemente do lugar de onde provém, e exige, neste contexto, que todas as partes na Síria, incluindo os grupos armados, parem de imediato com toda a violência ou represálias, incluindo ataques a instituições estatais, de acordo com a iniciativa da Liga Árabe; 4. Recorda que todos os responsáveis pelas violações dos direitos humanos, incluindo os atos de violência, devem ser responsabilizados; [...]” (UN Doc. S / RES / 77 (2012), tradução nossa).

the Human Rights Council, including by granting it full and unimpeded access to the country;

12. Calls upon the Syrian authorities to allow safe and unhindered access for humanitarian assistance in order to ensure the delivery of humanitarian aid to persons in need of assistance; [...] ²⁴ (UN Doc. S/RES/77 (2012)).

4.3.3 Projeto de Resolução S/2012/538

O terceiro projeto de Resolução analisado nesta pesquisa é o S/2012/538. Proposto por França, Alemanha, Portugal, Reino Unido e Estados Unidos em 19 de julho de 2012, a tentativa de aplicabilidade do R2P mais uma vez esteve presente nas decisões de parte da audiência do CSONU. China e Rússia novamente vetaram a proposta, e África do Sul e Paquistão se abstiveram.

Durante participações em mídias iranianas e turcas, Assad compartilhou suas interpretações sobre os eventos:

Ele se referiu à oposição como grupos terroristas, mercenários que trabalham contra seu próprio país, marionetes colonialistas e afiliados ignorantes e antipatrióticos da Al-Qaeda e da Irmandade Muçulmana que matariam qualquer um a fim de mudar o equilíbrio da ONU a seu favor (SANA, 2012 *apud* TROCK, 2013, p. 4).

A partir do exposto acima, a maneira como Assad securitiza o conflito a seu favor fica muito clara, visto que se aproveita de oportunidades midiáticas para apresentar os rebeldes como uma ameaça existencial vinculada ao ocidente, ressaltando que todas as decisões provenientes dos ocidentais representam um perigo que deve ser combatido.

A Rússia justifica o veto alegando que a oposição tem intenções geopolíticas próprias, e que esses grupos extremistas não possuem nada em comum com os legítimos interesses do povo sírio. Para os russos, uma solução política deve ser aplicada, e não a intervenção militar externa. Em suma, percebe-se uma correspondência entre os argumentos de Assad e do representante russo na ONU à época, Churkin, pois ambos se referem ao terrorismo, à soberania nacional e ao risco de divisão nacional (TROCK, 2013).

²⁴ “[...] 8. Incentiva a Liga dos Estados Árabes a continuar seus esforços em cooperação com todas as partes interessadas sírias; [...]”

11. Exige que as autoridades sírias cooperem plenamente com o Gabinete do Alto Comissariado para os Direitos Humanos e com a Comissão de Inquérito enviada pelo Conselho dos Direitos Humanos, inclusive concedendo-lhe acesso total e sem restrições ao país;

12. Solicita às autoridades sírias que permitam um acesso seguro e sem entraves à assistência humanitária, a fim de assegurar a prestação de ajuda humanitária às pessoas que necessitam de assistência; [...]” (UN Doc. S / RES / 77 (2012), tradução nossa).

Tal como as outras duas propostas, os principais trechos do preâmbulo que permitem visualizar os esforços de securitização pelos membros propositores serão elucidados abaixo. Já no início da proposta, é possível perceber o apoio ao enviado para as Nações Unidas e a Liga dos Estados Árabes, Kofi Annan, o qual propôs um plano reconhecido por ser o esforço internacional mais significativo para trazer paz à Síria. Annan sugeriu a Assad, em março de 2012, uma proposta de cessar-fogo que deveria ser respeitada por ambos os lados. O presidente sírio aceitou a proposta, porém nunca a cumpriu na prática, pois queria garantias por escrito de que a oposição cumpriria, mas esta se recusou a fazer. Kofi Annan renunciou em agosto de 2012 devido à falta de unidade no CSONU e a relutância de ambos os lados a acabar com a violência (DOCKAL, 2012). A violência e o uso de armas pelas autoridades sírias contra civis ficam mais uma vez em destaque:

[...] Reaffirming also its support to the Joint Special Envoy for the United Nations and the League of Arab States, Kofi Annan, and his work, following General Assembly resolution A/RES/66/253 of 16 February 2012 and relevant resolutions of the League of Arab States, aimed at securing full implementation of his six-point plan in its entirety, as annexed to resolution 2042 (2012),
 Condemning the Syrian authorities' increasing use of heavy weapons, including indiscriminate shelling from tanks and helicopters, in population centres and failure to withdraw its troops and heavy weapons to their barracks contrary to paragraph 2 of resolution 2043 (2012),
 Condemning the armed violence in all its forms, including by armed opposition groups, and expressing grave concern at the continued escalation of violence, and expressing its profound regret at the death of many thousands of people in Syria, [...] ²⁵
 (UN Doc. S/RES/538 (2012)).

Em seguida, condenações sobre as violações de direitos humanos, sobre os atentados a civis e sobre a situação humanitária são novamente inferidas. O não-cumprimento do plano de Kofi Annan é ressaltado juntamente com um pedido de que as autoridades sírias possam colaborar com as Nações Unidas e organizações humanitárias para facilitar a prestação de assistência humanitária. As tentativas de securitização por parte dos membros do CSONU

²⁵ “[...] Reafirmando também seu apoio ao Enviado Especial Conjunto para as Nações Unidas e a Liga dos Estados Árabes, Kofi Annan, e seu trabalho, após a resolução da Assembleia Geral A / RES / 66/253 de 16 de fevereiro de 2012 e resoluções pertinentes da Liga dos Estados Árabes, com o objetivo de assegurar a plena implementação de seu plano de seis pontos em sua totalidade, conforme anexado à resolução 2042 (2012),
 Condenando o crescente uso de armas pesadas pelas autoridades sírias, incluindo o bombardeio indiscriminado de tanques e helicópteros, em centros populacionais e a incapacidade de retirar suas tropas e armas pesadas de seus quartéis, contrariando o parágrafo 2 da resolução 2043 (2012),
 Condenando a violência armada em todas as suas formas, inclusive por grupos armados de oposição, e expressando grande preocupação com a continuação da escalada de violência, e expressando seu profundo pesar pela morte de milhares de pessoas na Síria, [...]” (S / RES / 538 (2012), tradução nossa).

caminham em direção à apresentação das autoridades sírias como uma grave ameaça aos civis, os quais são lesados pelas violações humanitárias:

Condemning the continued widespread violations of human rights by the Syrian authorities, as well as any human rights abuses by armed opposition groups, and recalling that those responsible shall be held accountable,
 Condemning the series of bombings that have made the situation more complex and deadly, some of which are indicative of the presence of well-organized terrorist groups,
 Deploing the deteriorating humanitarian situation and the failure to ensure timely provision of humanitarian assistance to all areas affected by the fighting contrary to point 3 of the Envoy's six-point plan, reiterating its call for the Syrian parties to allow immediate, full and unimpeded access of humanitarian personnel to all populations in need of assistance, in particular to civilian populations in need of evacuation, and calling upon all parties in Syria, in particular the Syrian authorities, to cooperate fully with the United Nations and relevant humanitarian organizations to facilitate the provision of humanitarian assistance, [...] ²⁶ (UN Doc. S/RES/538 (2012)).

Em outros trechos da proposta, os membros propositores destacam os benefícios da adoção de medidas políticas pacíficas que possam permitir a segurança de toda a comunidade internacional durante a transição, como uma forma de convencer que a intervenção externa será uma saída dentro desses moldes. Novamente, a Liga Árabe é parabenizada por seus auxílios ao ocidente e pelos esforços em tornar a oposição um grupo mais coeso. Por fim, o argumento é reforçado apresentando mais uma vez a situação na Síria como uma ameaça à paz e segurança internacionais. O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas é citado, fechando o discurso e demonstrando a legitimidade da proposta:

[...] Stressing that rapid progress on a political solution represents the best opportunity to resolve the situation in Syria peacefully, welcoming in this regard the Final Communiqué of the Envoy's 30 June Action Group meeting, and noting that progress towards an atmosphere of safety and calm is key to enabling a credible transition,
 Welcoming the Syrian Opposition Conference held under the auspices of the League of Arab States in Cairo on July 3, 2012, as part of **the efforts of the League of Arab States to engage the whole spectrum of the Syrian opposition, and encouraging greater cohesion among the opposition,**

²⁶ “Condenando as contínuas violações generalizadas dos direitos humanos pelas autoridades sírias, bem como quaisquer abusos dos direitos humanos por parte de grupos armados de oposição, e recordando que os responsáveis devem ser punidos,

Condenando a série de atentados que tornaram a situação mais complexa e mortal, alguns dos quais são indicativos da presença de organizações terroristas,

Deplorando a deterioração da situação humanitária e a incapacidade de assegurar prestação de assistência humanitária a todas as áreas afetadas pelo ponto 3 do plano de seis pontos do enviado, reiterando o seu apelo ao que as partes permitam o acesso imediato, completo e desimpedido do pessoal humanitário a todas as populações que necessitam de assistência, em particular para as populações civis que necessitam evacuação, e chamando todas as partes na Síria, em particular as autoridades sírias, a cooperarem plenamente com as Nações Unidas e organizações humanitárias relevantes para facilitar a prestação de assistência humanitária, [...]” (S / RES / 538 (2012), tradução nossa).

Noting the Secretary-General's 6 July 2012 call on the Security Council to provide the necessary support and ensure sustained, united and effective pressure on all concerned to ensure compliance with its decisions and create conditions for the **success of a political solution envisaged by the Action Group**,
 Determining that **the situation in Syria constitutes a threat to international peace and security**,
Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations, [...] ²⁷ (UN Doc. S/RES/538 (2012), grifo nosso).

4.4 Considerações parciais

O objetivo deste capítulo foi demonstrar como a questão síria segue favoravelmente às forças pró-regime. O processo de securitização sírio moldou-se, de um lado, mediante tentativa por parte das forças anti-regime de apresentarem as autoridades sírias como ameaças à população civil, e de outro, o presidente sírio, Assad, realizando o convencimento de parcela da audiência de que quem representa a verdadeira ameaça são os rebeldes e os países responsáveis pelos anseios de realizar a intervenção militar.

Como observado pelas três tentativas ocidentais de propostas de Resolução, os membros propositores enfrentaram os entraves dos vetos de China e Rússia, demonstrando que, por meio de discursos e por auxílios da mídia, Assad convenceu esses dois atores a não concordarem com a aplicação do R2P na Síria, sob riscos de serem repetidos os altos custos das experiências prévias de países como Iraque e Afeganistão. Além desse convencimento, China e Rússia possuem interesses próprios em relação à intervenção.

Mesmo que tenha explorado recursos como apelos às violações dos direitos humanos, violência contra civis, ausência de auxílios humanitários, e grande número de mortes de mulheres e crianças, os países propositores da intervenção militar não conseguiram obter êxito nesta demanda, e segue sem obtê-la. Diferentemente do caso líbio, na questão síria quem teve sucesso no processo de securitização foram as autoridades sírias e as forças pró-regime, que

²⁷ “[...] Salientando que o rápido progresso em uma solução política representa a melhor oportunidade para resolver pacificamente a situação na Síria, saudando a este respeito o Comunicado Final da reunião do Grupo de Ação de 30 de junho, e observando que o progresso em direção a uma atmosfera de segurança e calma é a chave para permitir uma transição credível,
 Congratulando-se com a Conferência de Oposição Síria realizada sob os auspícios da Liga dos Estados Árabes no Cairo em 3 de julho de 2012, como parte dos esforços da Liga dos Estados Árabes para envolver todo o espectro da oposição síria, e encorajando uma maior coesão entre a oposição,
 Observando que, em 6 de julho de 2012, o Secretário-Geral pediu ao Conselho de Segurança que providencie o apoio necessário e assegure uma pressão sustentada, unida e efetiva sobre todos os envolvidos para garantir o cumprimento de suas decisões e criar condições para o sucesso de uma solução política prevista pelo Grupo de Ação,
 Determinando que a situação na Síria constitui uma ameaça à paz e segurança internacionais,
 Atuando sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, [...]” (UN Doc. S / RES / 538 (2012), tradução nossa).

seguem convencendo Rússia e China de que a intervenção militar não é um caminho a ser seguido. Os argumentos de Assad representam um dos aspectos que as potências ocidentais terão que contrariar a fim de convencer a Rússia a não vetar o R2P no caso sírio e alterar o *status quo*.

5 Considerações Finais

Com o fim dessa pesquisa, observou-se que a teoria de securitização atrelada ao método *process-tracing* fez-se pertinente para a análise de ambos os processos. Tendo em vista que esta investigação se pautou em analisar como as decisões sobre a intervenção militar são moldadas dentro do CSONU, foram escolhidos dois estudos de caso para a compreensão, ambos emersos da sucessão de revoltas caracterizadas pela Primavera Árabe. Tomou-se, neste trabalho, que uma securitização bem-sucedida foi representada pela deliberação acerca da intervenção militar, e a securitização sem sucesso é demonstrada pela ausência de resoluções formais no âmbito do CSONU.

O intuito foi demonstrar como o primeiro caso analisado, a questão líbia, foi securitizada com sucesso pelo CSONU, pois houve o convencimento da audiência de que medidas excepcionais deveriam ser tomadas a fim de sanar a situação vivenciada pelo país. Os principais discursos reunidos na análise de documentos, tais como, a doutrina R2P, a Resolução 1970 e a Resolução 1973, permitiram construir a securitização do processo, o qual não contou com vetos por membros do CSONU, culminando na deliberação de uma resolução, a 1973, a qual autorizou a intervenção militar externa, caracterizando a primeira experiência do tipo realizada pelo CSONU.

Em contraste, o caso sírio foi trazido para a pesquisa como uma forma de demonstrar uma securitização sem sucesso por parte do CSONU. Analisando três dos documentos propostos pelo Conselho para o caso sírio (S/2011/612, S/2011/77, S/2012/538), além das contribuições da mídia, foi possível perceber que o caso segue em favor de Assad e das forças pró-regime, e que a parcela da audiência representada por Rússia e China foi convencida de que a intervenção militar acarretará em altos custos e demonstrará mais um capricho do balanço de poder ocidental.

Dessa forma, a securitização foi bem-sucedida para o caso líbio, mas para a questão síria, a securitização segue favorável para Assad e desfavorável para os membros do CSONU propositores da intervenção militar. A Escola de Copenhague considera que o excessivo processo de securitização é algo prejudicial, pois o intuito dos autores é realmente mostrar que nem todas as questões devem ser tratadas na esfera de segurança, já que isso demonstra falta de coesão político-social. Situações que deveriam ser resolvidas pelas vias normais da política são caracterizadas como ameaças emergenciais, muitas vezes, como um jogo de poder, a fim de

angariar prestígio no plano internacional. Portanto, mesmo que a EC traga novos atores e setores para a análise, há um alerta para os cuidados com a excepcionalidade.

Através da investigação realizada neste trabalho, foi possível perceber como o poder também emerge de interações sociais e a grande importância dada aos significados expressos pelos atos de fala, os quais cumpriram com sua performance favoravelmente ao CSONU, no caso líbio, e desfavoravelmente, no caso sírio. Visto que a temática desta pesquisa são as deliberações sobre intervenções militares pelo CSONU e o caso sírio ainda segue em aberto, novas pesquisas com outras fontes e documentos mais recentes são pertinentes no entendimento dos rumos que tomará a questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADLER-NISSEN, Rebecca; POULIOT, Vincent. Power in practice: Negotiating the international intervention in Libya. **European Journal of International Relations**, v. 20(4), p. 889-911, 2014.

ARK Group. **The Syrian conflict: A systems conflict analysis**. ARK Group DMCC, p. 1-69, 2016.

ASSEBURG, Muriel; WIMMEN, Heiko. **Civil War in Syria. Stiftung Wissenschaft und Politik - SWP**, p. 1-7, 2012.

BALZACQ, Thierry. The Three Faces of Securitization: Political Agency, Audience and Context. **European Journal of International Relations**, v. 11(2), p. 171-201, 2005.

_____. **Securitization Theory: how security problems emerge and dissolve**. London and New York: Routledge, 2011.

BEACH, Derek; PEDERSEN, Rasmus Brun. **Causal Case Study Methods: Foundations and Guidelines for Comparing, Matching, and Tracing**. Michigan: University of Michigan, 2016.

BERZINS, Janis. Civil War in Syria: Origins, Dynamics, and Possible Solutions. **Strategic Review**, n. 07, p. 1-10, 2013.

BHARDWAJ, Maya. Development of Conflict in Arab Spring Libya and Syria: From Revolution to Civil War. **The Washington University International Review: Washington University in St. Louis**, p. 77-90, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Slippery? Contradictory? Sociologically untenable? The Copenhagen School Replies. **Review of International Studies**, v.23, p. 241-250, 1997.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; De WILDE, Jaap. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.

DOCKAL, Ondrej. **Current Crisis in Syria**. Prague Student Summit / XVIII / Model NATO / IV, p. 1-18, 2012.

DUQUE, Marina G. **A Teoria de Securitização e o Processo Decisório da Estratégia Militar dos Estados Unidos na Guerra do Iraque**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília. 2008, p.181.

_____. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 31, p. 459-501, 2009.

FAHIM, Kareem; MAZZETTI, Mark. **Ação rebelde na Líbia recebeu apoio logístico externo**. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/mundo/acao-rebelde-na-libia-recebeu-apoio-logistico-externo-2512153.html>>. Acesso em: 12 abril 2018.

FEARON, James D.; WENDT, Alexander. Rationalism v. Constructivism: A Skeptical View. In: CARLNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. **Handbook of International Relations**. London: SAGE Publications, 2002.

FURTADO, Gabriela et al. A Guerra Civil Síria, o Oriente Médio e o Sistema Internacional. **Série Conflitos Internacionais**, v. 1, n. 6, p. 1-6, 2014.

G1. **Obama assinou ordem secreta para apoiar rebeldes na Líbia, diz agência**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2011/03/obama-assinou-ordem-secreta-para-apoiar-rebeldes-na-libia-diz-agencia.html>>. Acesso em: 12 abril 2018.

HAMCHI, Mohamed. Libya as a Collapsed State and Security in the Sahel: More Fuel to the Fire? **Algerian Review of Security and Development**, n. 3, p. 232-250, 2012.

HANSEN, Lene. Theorizing the image for Security Studies: Visual securitization and the Muhammad Cartoon Crisis. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 1, p. 51-74, 2011.

ICISS. **The Responsibility to Protect**: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. Ottawa: International Development Research Centre, 2001.

IGNJATIJEVIC, Marija. **Who Else Speaks Security? Securitizing Actors During the Libyan Uprising**. (Degree of Master of Arts) - Department of International Relations and European Studies, Central European University. Budapest, 2015. p. 48.

LIMA, Iana A. Técnicas qualitativas em análises de causalidade: aplicações do *process tracing*. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 1, p. 128-143, 2017.

LIVEUAMAP. **Map of Syrian Civil War**. Disponível em: <<https://syria.liveuamap.com/>>. Acesso em: 22 março 2018.

MOTTA, Bárbara V. Escola de Copenhague e a teoria de securitização: uma abordagem sobre seus limites conceituais. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 4., 2013, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ABRI, p. 1-18. 2013.

_____. **Securitização e Política de Exceção**: o Excepcionalismo Internacionalista Norte-Americano na Segunda Guerra do Iraque. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, (UNESP, UNICAMP, PUC/SP). São Paulo, 2014. p. 125.

NORELIUS, Christian. **Securitizing Libya**: The securitizing aspects of UN's and NATOS's justification of Operation Unified Protector. Department of Political Science, Lund University. Lund, 2014. p. 38.

OLIVEIRA, Guilherme Z. A Intervenção Ocidental na Líbia: interesses ocidentais e o papel da Liga Árabe. **BJIR – Brazilian Journal of International Relations**, v. 4, n. 3, p. 670-693, 2015.

POMEPS - Project on Middle East Political Science. The Political Science of Syria's War. **Foreign Policy**, v. 22, p. 1-75, 2013.

RAMOS, Luiz F. G. **Origens da Primavera Árabe**: Uma proposta de classificação analítica. Artigo (XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2015. p. 27.

RORTY, Richard M. **The Linguistic Turn**: Essays in Philosophical Method. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

RÓZSA, Erzsébet N. et al. The Arab Spring: Its Impact on the Region and on the Middle East Conference. **Academic Peace Orchestra Middle East - Policy Brief**, n. 9/10, p. 1-20, 2012.

SOARES, Ana Leticia V. Compartilhando a democracia: o papel das mídias sociais no processo de securitização da Primavera Árabe. **RICRI – Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, v. 2, n. 3, p. 106-117, 2014.

TROCK, Nicolai T. Securitizing the revolution: How Assad managed to convince Russia not to use R2P in Syria. **Center for Mellemøstestudier**, p. 1-8, 2013.

UNITED NATIONS. Security Council. **Resolution 1970 (2011)**. UN. Doc. S/RES/1970, 26 February 2011. Disponível em: <<https://www.icc-cpi.int/NR/rdonlyres/081A9013-B03D-4859-9D61-5D0B0F2F5EFA/0/1970Eng.pdf>>. Acesso em: 19 março 2018.

_____. **Resolution 1973 (2011)**. UN. Doc. S/RES/1973, 17 March 2011. Disponível em: <https://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2011_03/20110927_110311-UNSCR-1973.pdf>. Acesso em: 19 março 2018.

_____. **Projeto de Resolução S/2011/612**. 4 October 2011. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20S2011%20612.pdf>>. Acesso em: 24 março 2018.

_____. **Projeto de Resolução S/2012/77**. 4 February 2012. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20S2012%2077.pdf>>. Acesso em: 24 março 2018.

_____. **Projeto de Resolução S/2012/538**. 19 July 2012. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Syria%20S2012%2077.pdf>>. Acesso em: 24 março 2018.

WAEVER, Ole. Securitization and Desecuritization. In: Ronnie Lipschutz (ed.). **On Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

WERNER, Wouter G. Securitization and Judicial Review: a semiotic perspective on the relation between the Security Council and International Judicial Bodies. **International Journal for the Semiotics of Law**, v.14, p. 345-366, 2001.